

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

MARCOS FERREIRA CARVALHO

**RELIGIOSOS PSICÓLOGOS: LAÇOS INTENSOS, LIMITES TÊNUES. UM OLHAR
SOBRE A BUSCA DA PSICOLOGIA POR PASTORES EVANGÉLICOS E SEU
IMPACTO NAS PRÁTICAS MINISTERIAIS.**

VITÓRIA
2014

MARCOS FERREIRA CARVALHO

**RELIGIOSOS PSICÓLOGOS: LAÇOS INTENSOS, LIMITES TÊNUES. UM OLHAR
SOBRE A BUSCA DA PSICOLOGIA POR PASTORES EVANGÉLICOS E SEU
IMPACTO NAS PRÁTICAS MINISTERIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Ms. Vânia Maria Congro Teles

VITÓRIA
2014

MARCOS FERREIRA CARVALHO

**RELIGIOSOS PSICÓLOGOS: LAÇOS INTENSOS, LIMITES TÊNUES. UM OLHAR
SOBRE A BUSCA DA PSICOLOGIA POR PASTORES EVANGÉLICOS E SEU
IMPACTO NAS PRÁTICAS MINISTERIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Ms. Vânia Maria Congro Teles - Orientador

Prof. Dr. Alexandre Cardoso Aranzedo, FCSES

Prof. Dr^a Kirlla Christine Almeida Dornelas, MULTVIX

Para minha esposa, fiel companheira, que tem compartilhado comigo cada momento dos últimos 23 anos; minha filha amada.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Vânia, que compartilhou das minhas reflexões e da elaboração deste trabalho, sendo minuciosa nos detalhes e atenciosa nas necessidades.

À Prof^a Kirlla, dona de um saber profundamente eclético. Gratidão pelo companheirismo e pelas valiosas reflexões sempre ocasionadas no mais saboroso dos ambientes da faculdade, a cantina.

À Marilene Olivier, pela prestatividade e clareza. Um companheirismo sem preço.

Aos meus colegas de turma, pela desafiadora jornada ao longo dos cinco anos da formação acadêmica. A convivência foi uma experiência transformadora.

Aos meus irmãos e irmã. Uma verdadeira “Grande Família”

Aos meus pais que ainda vivem para alegrarem-se comigo neste momento.

À Igreja Batista em Santa Cecília, igreja que pastoreio nos últimos sete anos, testemunha das minhas mudanças, escola prática de um saber que contribuiu profundamente para as reflexões deste trabalho.

Aos pacientes da clinica, onde como estagiário, oportunizaram-me o privilégio de ver na prática o que até então só conhecia na teoria.

À minha amada esposa Andreia, pela sabedoria manifesta em gestos simples nos momentos em que passei de profundas crises e intensas reflexões. Obrigado por estar comigo pacientemente no meu rito de passagem. Parceira na luta e na vitória.

À minha filha Ayla pelos aprendizados nesse percurso de formação.

Este é um momento de extrema satisfação!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender, a partir de uma metodologia fenomenológica, a interferência mútua da formação dupla do pastor psicólogo; caracterizar as diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico; verificar a existência ou não de aproximações e afastamentos entre o exercício da psicologia e o Ministério Pastoral; levantar, a partir do exercício clínico como a presença da religiosidade afeta o *setting* terapêutico, além de verificar se há caminhos possíveis para uma conciliação de práticas. Para realizá-lo, foi selecionada uma amostra de seis participantes, com formação em Teologia e Psicologia, sendo, cinco do Espírito Santo e um da Bahia (38-69 anos), escolhidos aleatoriamente por indicação. A metodologia previamente definida, considerando o propósito de atender os objetivos levantados, bem como de responder o problema, origem deste trabalho, foi uma pesquisa quanti-qualitativa, com enfoque fenomenológico, para dar evidência aos dados que estão presentes na experiência cotidiana de cada participante entrevistado. Ao final, os resultados mostram que a busca por maior capacitação está entre as motivações do pastor em buscar a formação em psicologia. Mostram também que o aconselhamento pastoral e a psicoterapia se diferenciam em função do primeiro ser mais diretivo, além do elemento religioso e as delimitações dogmáticas, enquanto que a psicoterapia respeita as possibilidades da pessoa, é considerada de maior profundidade, tem melhor compreensão da relação da pessoa com o mundo, além da capacidade de levar as pessoas à reflexão. Os resultados também mostram que a psicologia contribui profundamente para o Ministério Pastoral, especialmente no crescimento pessoal, numa maior desenvoltura da atividade religiosa, no ganho técnico da prática pastoral, como também, na ampliação da visão de mundo. Porém, ao mesmo tempo, ela pode contribuir para o afastamento do pastor psicólogo de algumas práticas pastorais. Este trabalho também mostra como resultado que frente à sua religiosidade e a religiosidade do seu cliente no *setting* terapêutico, a postura do psicólogo deve ser de compreensão empática, de redução fenomenológica e capacidade de discriminar entre uma religiosidade saudável e uma religiosidade patológica. Por fim, os resultados mostram que é possível conciliar psicologia e atividade religiosa pela via da ética e pelas habilidades do psicólogo. Entretanto, há

casos em que a conciliação não é possível. Com isso, três vias prováveis foram contempladas: Abrir mão da atuação como psicólogo e seguir exclusivamente no ministério pastoral; seguir no exercício pastoral, concomitantemente à atividade como psicólogo e, por fim, abdicar do exercício pastoral e seguir, exclusivamente, a carreira como psicólogo.

Palavras chave: Ministério Pastoral. Psicólogo. Fenomenologia. Aconselhamento Pastoral. Aconselhamento Psicológico.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand, from a phenomenological methodology, the mutual interference of dual training Psychologist pastor; characterize the differences between pastoral counseling and psychological counseling; ascertain whether or not the approaches and departures between exercise psychology and Pastoral Ministry; raise from clinical exercise as the presence of religiosity affects the therapeutic setting, and see if there are possible ways towards an reconciliation practices. To accomplish it, we selected a sample of six participants, with degrees in theology and psychology, and five from the Espírito Santo and one from Bahia (38-69 years) were randomly selected by indication. The predefined methodology, considering the purpose of meeting the objectives raised and answering the problem, the origin of this work, was a quantitative and qualitative survey, with phenomenological approach, to give evidence to the data that are present in everyday experience of each participant interviewed. At the end, the results show that the search for greater training is among the motives of the pastor to pursue training in psychology. They also show that the ministry psychotherapy and counseling differ depending on the first being more directive beyond the dogmatic and religious element boundaries, while psychotherapy regards the possibilities of the person is considered a greater depth has a better understanding of the relationship of person in the world, plus the ability to get people to reflection. The results also show that psychology contributes profoundly to the Pastoral Ministry, especially in personal growth, greater agility of religious activity, the technician gain of pastoral practice, but also in expanding worldview. But at the same time, it can increase the isolation of the psychologist pastor of some pastoral practices. This work also shows that forward as a result of their religiosity and the religiosity of his client in the therapeutic setting, the position of the psychologist should be empathic understanding of phenomenological reduction and the ability to discriminate between healthy and pathological religiosity. Finally, the results show that it is possible to combine psychology and religious activity by the route of ethics and the skills of the psychologist. However, there are cases where the reconciliation is not possible. With this, three probable pathways were contemplated: Giving up work as a psychologist and then exclusively in pastoral ministry; Following the pastoral exercise,

concurrently with activity as a psychologist and finally relinquish pastoral exercise and exclusively pursue a career as a psychologist.

Keywords: Pastoral Ministry. Psychologist. Phenomenology. Pastoral Counseling. Psychological Counseling.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E ESPIRITUALIDADE.....	25
2.1.1 Religião.....	26
2.1.2 Religiosidade.....	27
2.1.3 Espiritualidade.....	28
2.2 A RELIGIÃO NA PSICOLOGIA.....	30
2.3 A RELIGIOSIDADE EM PSICOTERAPIA.....	35
2.4 A PSICOLOGIA EXISTENCIAL-HUMANISTA	38
2.4.1 O Enfoque Existencial.....	39
2.4.2 O Enfoque Fenomenológico	40
2.4.3 O Enfoque Humanista	42
2.5 O PASTOR E O MINISTÉRIO PASTORAL.....	44
2.6 O ACONSELHAMENTO.....	45
2.7 O ACONSELHAMENTO PASTORAL.....	45
2.8 A DIMENSÃO ÉTICA.....	48
3 METODOLOGIA.....	51
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	51
3.2 CAMPO DE ESTUDO	52
3.3 PARTICIPANTES.....	52
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS... ..	53
3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS... ..	53
3.6 ASPECTOS ÉTICOS	54

3.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	54
3.8 OS PERCALÇOS DA PESQUISA ..	55
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	57
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS... ..	57
4.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS... ..	57
4.2.1 Análise Descritiva Quantitativa.....	57
4.2.2 Análise Descritiva Qualitativa.....	62
4.2.2.1 A busca da formação em psicologia... ..	62
4.2.2.2 Diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia... ..	64
4.2.2.3 Contribuições da Psicologia para o Ministério Pastoral.....	68
4.2.2.4 Prática da Psicologia versus Ministério Pastoral... ..	70
4.2.2.5 A Presença da Religiosidade no <i>Setting</i> Terapêutico.....	72
4.2.2.6 Psicologia e Atividade Religiosa... ..	74
4.2.2.7 Função Pastoral e Exercício da Psicologia.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS... ..	83
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	89
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas.....	93

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade que a religião, de alguma forma, se fez presente na vida do homem, quer seja pelo medo dos fenômenos naturais, quer seja por meio do místico, do transcendente.

Com o passar dos séculos esses aspectos foram ganhando estruturação, configurando-se como um campo do conhecimento, sistematizado, que faz parte do universo das pessoas, independentemente de crerem em algo, ou não. Isso porque o ser humano é um ser relacional, ou seja, está sempre em relação a algo, a outrem. Portanto, querendo ou não, acaba envolvido no emaranhado das redes de relações, de afetos, sentimentos e emoções propiciados pelas instituições fomentadas no seio da sociedade humana.

O Brasil revela por sua história, uma forte relação com os aspectos religiosos, até mesmo devido ao seu descobrimento – ao fato de ter sido colonizado por Portugal, um país profundamente impregnado pelos valores da religião católica.

Dessa forma, para afirmar que o Brasil é um país marcado fortemente pela presença da religião não seria necessário recorrer a nenhum dado de pesquisa. Porém, ainda assim, de acordo com Somain (2012) os resultados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010, revelam que mais de 90% da população se declara religiosa.

Dentre esta somatória, de acordo a pesquisa, as maiores vertentes da religiosidade brasileira são: a religião católica, religião evangélica e o espiritismo, nessa ordem. É importante registrar, porém, que a população evangélica vem crescendo, enquanto que o catolicismo vem perdendo seus paroquianos. É na vertente da religião evangélica, em seu representante ministerial - o Pastor/Psicólogo - que se encontra o foco desta pesquisa.

O crescimento da igreja evangélica tem se revelado como um desafio para a liderança religiosa, pois crescem também as demandas sobre o homem contemporâneo que busca respostas para as suas indagações existenciais. Nisso, o pastor, líder da igreja, se vê num desafio de atender esse ser em busca de respostas, ao mesmo tempo em que percebe a insuficiência de recursos para lidar

com tamanho desafio, a despeito de receber uma formação para exercer seu ministério, por meio de estudos teológicos.

No entanto, a teologia como um modo sistematizado que tem como objetivo estudar filosoficamente Deus e o seu modo de relacionar-se com a sua criação, não tem por princípio fundamental voltar o seu olhar para as relações humanas, homem para homem, uma vez que o seu objeto primário de investigação está implícito em outra dimensão, a divindade (LIBÂNIO, 2014).

Ao passar por uma preparação acadêmica num seminário teológico ao longo de quatro anos, embrenhando-se em temas de relevância teológica e eclesial para a vida do cristão e da igreja e, ao final dessa jornada, o desafio prático de exercer o ministério, o pastor logo percebe que algo da vida do fiel escapa à sua compreensão religiosa e o mesmo percebe que temas tão relevantes outrora assimilados no ambiente acadêmico não contemplam com plenitude os anseios do homem moderno.

O que parece ser óbvio, do ponto de vista eclesial não é. O preparo acadêmico que ajuda na formação de pessoas para o exercício do ministério pastoral, tem focado mais na capacitação do pastor para falar de Deus ao homem do que instrumentalizá-lo para lidar com as questões da vida cotidiana, resultantes da relação do homem consigo mesmo e com o seu semelhante.

A psicologia chegou ao Brasil no início do século XX, e desde a regulamentação da profissão do psicólogo, lei 4119 de 27 de agosto de 1962, o interesse por esse campo do conhecimento cresceu consideravelmente. Com a criação do Conselho Federal de Psicologia em 1971, foi registrado um salto no número de inscritos de 850 para 50 mil somente nos dez primeiros anos, segundo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

A trajetória da psicologia no território brasileiro também é marcada pelo seu vínculo à filosofia e à fisiologia, “[...] uma vez que os fatos psíquicos estão vinculados, inseparavelmente, com os biológicos, sem, entretanto, com eles se confundirem” (SOARES, 2010, p. 11). O autor ainda considera a impossibilidade de fazer psicologia sem a fisiologia e a filosofia, exatamente pela impossibilidade de desvincular os fatores psíquicos dos biológicos.

Este cenário cria uma abertura para a busca deste campo do conhecimento dentro da atuação pastoral pela compreensão das limitações de apoio aos conflitos vivenciados no contexto eclesial.

O contato com o novo campo do saber trouxe, dentre outras coisas, o questionamento das questões éticas que norteiam as atividades em questão. Algumas práxis pastoral e psicológica demonstram ter algumas proximidades, porém, são campos, que embora trabalhem de modo peculiar com o sujeito, revelam mais distanciamentos que proximidades. É a busca de respostas para estas questões a origem mesma, motivadora desta pesquisa, através da seguinte pergunta: **como se dá a atuação do pastor que tem formação em psicologia e, do psicólogo que também é pastor?**

A partir desse questionamento e do contexto enunciado foi elaborado o objetivo geral da pesquisa que consiste em **verificar a interferência mútua ou não da formação dupla do pastor psicólogo**. Por decorrência, fez-se necessária a construção de objetivos específicos, a seguir destacados:

- caracterizar as diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico;
- verificar a existência ou não de aproximações e afastamentos entre o exercício da psicologia e o Ministério Pastoral;
- Levantar, a partir do exercício clínico a presença ou não da religiosidade dos atores envolvidos no *setting* terapêutico; e
- verificar se há caminhos possíveis para uma conciliação de práticas.

Considerando esses objetivos formulou-se quatro hipóteses de pesquisa:

H₁ = existem diferenças claras entre o aconselhamento pastoral e a psicoterapia;

H₂ = existem ou não existem aproximações e afastamentos entre o exercício da psicologia e o Ministério Pastoral;

H₃ = existem modos de lidar com os conteúdos religiosos presentes no *setting* terapêutico;

H₄ = existem possibilidades de conciliar as práticas.

Com o propósito de atender os objetivos levantados, bem como de responder o problema, origem deste trabalho, foi feito uma pesquisa quanti-qualitativa, com enfoque fenomenológico, para dar evidência aos dados que estão presentes na experiência cotidiana de cada participante entrevistado, pois a experiência é singular.

A justificativa para esta pesquisa se resguarda em alguns fatores: Primeiro, por ser do interesse primário do pesquisador, uma vez que o mesmo se insere nos saberes circunscritos nos dois campos: Ministério Pastoral e Psicologia. O fato de ser pastor e exercer uma atividade voltada para o bem estar do outro, visando o seu desenvolvimento, como também, a curiosidade pelo saber, pela compreensão dos limites de cada campo e os espaços comuns onde os mesmos transitam e interagem promovendo criatividade e potencialidade humanas, por si só já seriam suficientes para justificar esta pesquisa. Mesmo assim, em segundo lugar, há a questão do crescente número de líderes religiosos que vem buscando o saber e a práxis psicológica intencionando maior capacitação para lidar com os conflitos que permeiam suas congregações, como também, todos aqueles que a ela têm acesso. Além disso, especificamente, o pastor também desempenha a função de conselheiro da Congregação.

É claro que a pesquisa não terá validade apenas para a amostra selecionada, pastor evangélico, mas será válida também para todos os estudantes de psicologia ou psicólogos, que se declaram religiosos ou não, e que no exercício da profissão, colocar-se-ão diante de um cliente que poderá ou não expressar sua religiosidade, devendo o profissional entender o seu lugar e o modo de acolher o cliente com todas as suas possibilidades e potencialidades não lhe negando faceta alguma da sua experiência de vida, inclusive, a religiosa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E ESPIRITUALIDADE

Esses termos, profundamente contemplados na perspectiva religiosa no qual estamos inseridos, vêm sofrendo importantes alterações semânticas “[...] a partir de processos históricos, como a secularização, e de avanços teóricos, como é o caso das abordagens humanísticas em relação à espiritualidade e de rearranjos de dentro do próprio contexto religioso” (FRANCO, 2013, p.399).

A autora retrocitada distingue, didaticamente, as concepções de cada campo aqui discriminado, na tentativa de facilitar a compreensão. Assim, os limites circunscritos a cada temática, considera que a religião está associada aos ritos, ao conteúdo moral e aos símbolos; enquanto que a religiosidade é o modo como a pessoa vivencia a sua religião, como ela se apropria dos elementos religiosos; e a espiritualidade estaria constituída de “[...] um sistema próprio e independente de crenças, que passa pelo aperfeiçoamento de potências como criatividade, liberdade, espontaneidade, autenticidade, dentre outros” (FRANCO, 2013, p.401).

Nesse sentido, Pinto (2013, p. 684) considera que a religiosidade tem a sua origem na religião, sendo ela uma experiência pessoal, mas que também pode ser uma maneira de manifestação da espiritualidade, não sendo, portanto, a única.

A relação entre religiosidade e espiritualidade pode não ser sempre harmoniosa uma vez que,

[...] a religiosidade pode também ser fonte de alienação, de fuga do espiritual, de superficialidade existencial. Dependendo da maneira como é vivida, a religiosidade pode encobrir a espiritualidade, pode até sufocá-la, como é o caso dos idólatras, dos fanáticos religiosos, das pessoas supostamente ingênuas que não conseguem sequer criticar sua religião (PINTO, 2009, p. 74-75)

A partir do que se pode compreender introdutoriamente, a religiosidade está diretamente implicada com a religião, ao passo que a espiritualidade não. Porém, ela pode ser um aspecto da religião. Entretanto, o contrário pode-se entender como verdadeiro, uma vez que a religião contribui com a produção de sentidos.

São temas que se aproximam, podendo em certo momento interagirem, porém, revelam fenômenos diferentes.

A partir desse entendimento, será discutido um pouco mais as concepções relativas a cada termo.

2.1.1 Religião

Num primeiro momento em que o termo surge como possibilidade de investigação, logo de cara se depara com um dado que até impressiona: religião é um termo sem conceituação única. Essa ideia é confirmada por Rule (1990) que sustenta que falar de religião é tocar num conceito longe de ser simples, já que não há uma conceituação universalmente aceita para o termo.

Numa apreciação etimológica do termo, de acordo a Enciclopédia Delta Larousse Cultural (1995, p. 4978), considera que a palavra religião vem do latim *religio*, e a mesma provém da palavra *religare* de onde nasce a ideia de “[...] ligação do homem com o sagrado [...]” e o conceito dado para religião é “[...] conjunto determinado de crenças, de dogmas que definem a relação do homem com o sagrado”.

Rule (1990, p. 276), diz que “[...] a etimologia do termo não ajuda, não somente por ser incerta, mas também porque nem *religare* nem *religere* lançam muita luz sobre o significado atual de religião”. A dificuldade de definição do termo religião muito se dá em função do “[...] contexto cultural e histórico muito específico [...]” onde o mesmo nasceu, com isso, torna-se impraticável a tentativa de universalizar um conceito (HOCK, 2010, p.17).

Uma concepção diferente é apresentada por Abbagnano (2012, p. 997), definindo o conceito de religião como “[...] a crença na garantia sobrenatural da salvação, e técnicas destinadas a obter e conservar essa garantia”.

Mesmo diante do desafio das muitas definições é preciso identificar um conceito que dê sustentação e apoio aos propósitos desta pesquisa. Desse modo, Rule (1990), sustenta que a missão se torna menos dolorosa partindo do pressuposto de qual campo do saber será usado como perspectiva de análise.

Para enfrentar, então, o desafio desta delimitação, Pinto (2007, p. 9) enfatiza que devem ser levados em consideração alguns pontos que são comuns em muitas definições. Entre eles estão, por exemplo, “[...] a presença de mitos, de ritos, de

símbolos, da cultura e da congregação social de pessoas, além da sustentação que a religião dá à busca de sentido para a existência e para o mundo [...].”

Diante das fartas possibilidades de definições, o autor retrocitado sugere o uso do conceito de Mircea Eliade, que dá ao termo religião o sentido da experiência e do sagrado, referindo ainda a sua utilidade desde que não esteja vinculado às crenças em divindades, mais sim, as ideias de ser, de real significação e de verdade. Dessa forma, para Sant’Anna e Pereira (2009), a religião só deve ser abordada considerando os fatos religiosos.

Num olhar mais prático sobre a religião, Beckford (1996, p. 659) diz que ela está presente na vida das pessoas por se interessar por questões relativas e fundamentais à existência “[...] como o sentido da vida, do sofrimento e da morte, e os meios adequados para se manter a esperança em um futuro melhor.” Ainda segundo o autor:

[...] a religião é uma qualidade potencial da experiência humana para a qual nenhum limite pode ser fixado por definição. Pelo contrário, tem lógica pensar a seu respeito em função de graus variáveis de coisas tais como inteligibilidade, significação, formalidade, possibilidade, alcance, proeminência, aplicabilidade, coerência, consistência, sistematização, emocionalidade e integração com os outros fenômenos sociais. (BECKFORD, 1996, p. 659).

Em outra dimensão, Boff (2006, p.17), destaca que a religião tem por princípio promover a defesa da vida, sendo “[...] fonte de éticas e de comportamentos”. Semelhante ponto de vista, Koenig (2012, p.11) defende que a religião tem em suas bases qual o propósito e o lugar do ser no mundo, bem como quais são suas responsabilidades com o seu semelhante, além de um direcionamento instrutivo quanto a vida após a morte. A religião costuma oferecer um código moral de conduta que é aceito por todos os membros da comunidade que tentam aderir a esse código.

2.1.2 Religiosidade

Enquanto na religião se pensa em estruturas, dogmas, crenças e experiências com o sagrado, a religiosidade é definida de outro modo, embora ainda atrelada aos aspectos da religião. Uma das vias de entendimento para o termo é a “[...] tendência para os sentimentos religiosos, para as coisas sagradas [...].” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1640). Nessa mesma direção, Koenig (2012), fala da religiosidade na sua

intercessão com a religião, sobre o modo como a pessoa se apropria e vivencia os elementos da sua crença.

Pinto (2009) considera a religiosidade em comparação com a espiritualidade podendo existir pessoas intensamente religiosas com pouca espiritualidade e, do mesmo modo, outros que não manifestam nenhuma religiosidade, que se mostram intensamente espirituais.

O autor entende ainda que a religiosidade possui dois aspectos da religião: um prático e um subjetivo, ou seja, ela pode revelar-se um meio de sustento e potência ao religioso como também um esconderijo para as suas fraquezas, a partir do momento que o ser humano contém em si capacidade para o bem e para o mal. Assim,

[...] a religiosidade pode, por um lado, corroborar a dignidade pessoal e o senso de valor, promover o desenvolvimento da consciência ética e da responsabilidade pessoal e comunitária, ou, por outro lado, a religiosidade pode diminuir a percepção pessoal de liberdade, pode gerar uma crença de que não seja tão necessário o cuidado pessoal, e pode facilitar a evitação da ansiedade que geralmente acompanha o enfrentamento autêntico das possibilidades humanas [...] a religiosidade pode ser consoante com a espiritualidade e, assim, constituir possibilidade de busca de sentido e de aprofundamento em si e no mundo, mas a religiosidade pode ser também fonte de alienação, de fuga do espiritual, de superficialidade existencial. Dependendo da maneira como é vivida, a religiosidade pode encobrir a espiritualidade, pode até sufocá-la, como é o caso dos idólatras, dos fanáticos religiosos, das pessoas supostamente ingênuas que não conseguem sequer criticar sua religião [...] (PINTO, 2009, p. 74-75).

Posteriormente, para tornar clara a distinção dos conceitos religiosidade e espiritualidade, Pinto (2013) incluiu a ideia da presença do transcendente na religiosidade e a busca de sentidos atrelada ao conceito de espiritualidade, distinguindo assim, uma da outra.

2.1.3 Espiritualidade

Ao buscar na literatura uma conceituação para termo espiritualidade percebe-se que, semelhante ao desafio encontrado em relação ao termo religião, o conceito sofre variações. Embora historicamente a espiritualidade tivesse atrelada à religião, o conceito mais trabalhado no meio acadêmico amplia o seu alcance e a desvincula do aspecto religioso (FRANCO, 2013).

Ao tratar dos aspectos semânticos do termo espiritualidade, Paiva (2011) fala de três sentidos que com o decorrer dos tempos, um veio suprimindo o outro: Primeiro sentido é espiritualidade que provém do adjetivo espiritual. De acordo com o autor, por ter a sua origem vinculada à igreja, sugere-se, pois, tratar de uma referência ao Espírito Santo, ideia que perdurou por muitos séculos e ainda hoje encontra ressonâncias no cristianismo. O segundo sentido, provém do iluminismo e o termo fazia referência ao espírito humano. Assim, espiritual ou espiritualidade dizia respeito a vida que era orientada pela razão. O terceiro e mais recente sentido, surge com a psicologia humanista para designar auto-realização.

Numa perspectiva semelhante a esta da psicologia humanista, Boff (2006, p.9), fala que a espiritualidade se situa em meio às questões que surgem da dramaticidade, fruto de mitos que circulam pela cultura, onde o ser humano mergulha em questões básicas da sua existência, que segundo o autor, é primordial para trazer inspiração ao novo, à esperança, como também, o sentido pleno da vida, a “[...] capacidade de autotranscendência do ser humano. Porque o ser humano só se sente plenamente humano quando buscar ser super-humano, pois ele se vivencia como projeto infinito [...]”.

Além dessas considerações, o autor ainda esclarece que em todo o mundo há uma busca por valores que estão além dos valores materiais, assim o ser humano é um ser em constante estado de mudanças e são essas mudanças que dão à vida um novo sentido aprofundando a experiência do existir. Isso significa “[...] uma redefinição do ser humano como um ser que busca um sentido plenificador, que está à procura de valores que inspirem profundamente a vida [...]” (BOFF, 2006, p.11).

Branco (2005) também considera que a busca pelo desenvolvimento da vida com todas as suas possibilidades é o objeto do que se trata espiritual e está presente na vida de todo o ser sendo confessionante ou não de fé religiosa. Sua ideia também está em sintonia com a visão humanista de espiritualidade que foca o potencial humano.

Dentre algumas significações para o termo espiritualidade, encontram-se “[...] elevação, transcendência, sublimidade [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 820). Já Valle (2005, p. 102) considera que ela “[...] expressa o sentido profundo do que se é e se vive de fato; precisa de silêncio reflexivo e de contemplação; assume o corpo e

permite que o homem ultrapasse o nível biológico e emocional de suas vivências, mesmo das mais elevadas e sublimes”.

Entende-se, a partir de então, que a espiritualidade diz do ser enquanto mergulha em si mesmo na busca de respostas para os seus dilemas e o sentido da sua existência. Trata-se, portanto, de uma vivência capaz de produzir profundas transformações no ser humano levando-o a um processo de integração em sua dimensão pessoal e com aqueles que o cercam (GIOVANETTI, 2004).

Franco (2013, p. 407), ao fazer algumas considerações sobre a interface dos campos psicologia e espiritualidade, considera que a dimensão espiritual está diretamente relacionada com a realização da pessoa. Por outro lado “[...] para uma ciência comprometida com o desenvolvimento do ser como a psicologia, nada mais convergente que manter vivas as produções que consideram a espiritualidade como parte vital do processo evolutivo humano”.

Dessa forma, a espiritualidade não está aprisionada por estruturas, dogmas ou credos, ao contrário disso, é livre, ampla e totalmente aberta para novas possibilidades e realizações. Ela está voltada para o novo que é distinto de qualquer inclinação religiosa, para o aspecto realizador que é totalmente convergente com o lidar com a vida. Neste sentido, a espiritualidade é de natureza íntima e particular não conjugada no coletivo ou se mostrando como bandeira de uma instituição (BRANCO, 2005).

Nesse sentido, a espiritualidade pode ser vivenciada numa experiência arreligiosa, uma vez que potencial de realização não está vinculado e restrito aos aspectos da religião e suas práticas.

2.2 A RELIGIÃO NA PSICOLOGIA

Ao falar de religião e do seu aspecto universal, Gaarder, Hellern, Notaker (2000), sustentam que em todas as culturas existem questões existenciais que, de um modo geral, estão configuradas na base de todas as religiões. Ainda segundo os autores, não há registros em toda a história de algum povo desprovido de algum tipo de religião.

O tema é amplo e, potencialmente rico de possibilidades de análises e discussões, começando, como dito anteriormente, pela inexistência de um conceito universal, sugerindo, então, como possibilidade conceitual, a indicação do campo e do propósito da pesquisa.

Ferreira (2002) registra que a religião consiste na crença da existência de uma ou mais forças supremas criadoras do universo, que se manifestam por meio de uma doutrina e rituais específicos. No entanto, essa definição fica demasiadamente restrita aos aspectos da fé e de suas práticas.

Em sentido mais amplo, Johnson (1997, p. 196) afirma que a religião pode ser definida por suas funções sociais, constituindo-se em

[...] um arranjo social construído para prover uma maneira compartilhada, coletiva, de lidar com aspectos desconhecidos e incognoscíveis da vida humana, com os mistérios da vida, morte e existência, e com os dolorosos dilemas que surgem no processo de tomar decisões de natureza moral.

E é justamente por essa natureza, que se fez presente nas constituições humanas desde os primórdios, e por ter exercido até um determinado período da história um papel fundamental nas sociedades. De acordo com Alberoni (2000, p. 99)

Nunca há, na religião, nada mais do que aquilo que existe na sociedade, da qual ela é um aspecto, uma manifestação. A história das religiões e a sociologia das religiões têm demonstrado existir uma estreita relação entre a estrutura social, a ideia de Deus e os seus ensinamentos morais.

Dessa forma, desde Galileu, religião e ciência têm estado em lados diferentes, às vezes, confrontando-se, cada uma revelando um modo de ver e ater-se ao dado de acordo às particularidades dos seus olhares (KOELLER et al., 1996; PAIVA, 2002).

Salles (2013, p. 429) argumenta que

Ciência e religião parecem termos opostos e inconciliáveis. Não por acaso, procurando muitas vezes anular-se reciprocamente, os termos se conservam, em muitos sentidos, como complementares. Assim, suas dimensões se atraem e se repelem mutuamente, talvez por sua natureza, em ambos os casos, visar à universalidade, cobrando ambas dos praticantes uma adesão íntima.

Em alguns aspectos essa conciliação mostra-se clara, como pode ser visto no interesse da psicologia pela religião e pelo homem religioso, uma vez que a observação de seu comportamento pode propiciar à psicologia um caminho para compreender o ser humano (RODRIGUES; GOMES, 2013).

Nesse sentido os autores destacaram as contribuições da psicologia comportamental-cognitivista, da abordagem psicodinâmica e da psicologia humanista.

No primeiro caso estão as contribuições de Sargent, a partir das aplicações dos experimentos de Pavlov, ao observar que líderes carismáticos tinham mais facilidade de controle sobre os fiéis, dada à excitação emocional, provocada pelo ritmo, a música e a dança inseridas nos rituais que facilitavam esse domínio (RODRIGUES; GOMES, 2013).

Na abordagem psicodinâmica há uma multiplicidade tanto de pensadores quanto no enfrentamento de preconceitos no estudo da religião pela ciência psicológica. Os maiores expoentes desta abordagem são: Freud, Jung, Fromm e Erikson. Dos seus muitos escritos, Freud dedicou cinco livros ao tema, mostrando todo o seu interesse pela religião na vida humana. Depois de muitas considerações, “[...] Após 1930, Freud reorganizou sua psicologia da religião. Com *O mal-estar da civilização*, o autor discute questões de culpa, felicidade e ética, encontrando um valor para a religião na vida humana” (RODRIGUES; GOMES, 2013, p. 339). Ainda na perspectiva dos autores, Freud “[...] acreditou que a religião só teria futuro enquanto a humanidade não fosse capaz de suportar com maturidade as dificuldades existenciais”. Já Carl G. Jung,

[...] elaborou uma perspectiva de dinâmica psicológica da personalidade a partir da análise dos conteúdos do inconsciente humano, pessoal e individual, bem como, de cunho coletivo [...] Para ele, o contato com o inconsciente coletivo amplia a consciência pessoal, levando o sujeito a desenvolver-se no que denominou processo de individuação – ou seja, tornar-se si mesmo (RODRIGUES; GOMES, 2013, p. 340).

Por fim, segundo Rodrigues e Gomes (2013, p. 340-341), outra contribuição à religião vem da Psicologia humanista com o foco no “[...] desenvolvimento humano, qualidade de vida, saúde e maturidade [...]”. Nesse período, os psicólogos identificados com a abordagem e que se destacam são: Maslow, Golstein, Rogers, Fromm, Horney, Erikson e que entre eles, desenvolveram-se duas abordagens: a Psicanálise Humanista-Culturalista e a Psicologia Fenomenológico-Existencial.

Apesar dessas contribuições o que está em debate neste capítulo é a interseção de papéis entre a religião e a ciência, no sentido do seu fazer.

Para Salles (2013) esses dois campos do saber refletem, na maior parte do tempo, visões distintas de mundo, com interesses e formas de intervenção diferentes, que levariam a respostas talvez antagônicas a problemas semelhantes.

A questão central encontra-se no fato de que seus procedimentos e métodos são antagônicos, ou seja: enquanto um idolatra a razão, o outro tende a estabelecer linhas demarcatórias que “[...] pretendem limitar a investigação científica, que sequer passariam pela manifestação dos interesses da comunidade, pois firmados antes com o sagrado ou o divino” (SALLES, 2013, p. 429).

Para Paiva (2002, p. 561) até o momento “O acréscimo da Psicologia a esse binômio tem o sentido de destacar a extensão da ciência natural e biológica para a ciência humana e de apontar a dimensão psicológica que vincula o cientista à religião e o religioso à ciência”. Isso pode ser visto no que se denomina ciência da religião, ou seja, a utilização de parâmetros da ciência positivista para o estudo religioso.

No entanto, em discussões na Academia de Ciências da Bahia, Salles (2013) enfatiza que foram registradas diversas iniciativas de pesquisadores que estão levando em consideração a aproximação entre ciência e religião, ao flexibilizarem o método científico empirista, nas práticas das ciências sociais.

Toldy (2007, p. 240) também discutiu a questão, afirmando que debater a relação da religião com a ciência “[...] significa reconhecer a possibilidade de articulação de perspectivas que, embora diferentes, não são inconciliáveis”, alegando que já existe um processo de transformação do positivismo extremo da ciência e do fundamentalismo radical das religiões.

Neste ponto, há uma aproximação com a temática central desta pesquisa, ou seja, a posição do cientista enquanto religioso e vice-versa.

Segundo Paiva (2002, p. 566) pesquisas revelam que há cientistas que não são religiosos, mas outros não encontraram conflito de ordem cognitiva nesse aspecto. Isso porque, “[...] a religião e a ciência eram julgadas regiões não relacionadas uma com a outra, seja porque atribuíram um âmbito à religião (o por que) e outro âmbito à ciência (o como)”. O autor registra que os conflitos encontrados não foram poucos, mas eles não dizem respeito à prática da ciência e sim, à dimensão do humano. Em suas palavras,

É enquanto seres humanos que os cientistas experimentaram dificuldade não com qualquer realidade divina e religiosa, mas especificamente com a ideia cristã de Deus. Os resultados, com efeito, deixaram claro que os cientistas não têm dificuldade em aceitar uma divindade impessoal e cósmica, dotada de sabedoria e poder e ordenadora do mundo (PAIVA, 2002, p. 567).

Cabe então trazer à discussão a função da religião e a função da psicologia, para que a partir dela se compreenda os seus respectivos papéis que, segundo McGrath (2005, p. 46), são diferentes. Isso porque, a religião, em seu sentido substantivo, “[...] se limita a certas crenças sobre seres divinos e espirituais” e, funcionalmente, “[...] a certas funções sociais ou pessoais relacionadas com ideias e rituais”.

Nesse sentido, registra Peres et al. (2007, p. 137) que “No começo dos anos de 1960, os estudos eram dispersos e, nesse período, surgiram os primeiros periódicos especializados [...]”.

Esse movimento se fez a partir do fato de os clientes que buscam a psicoterapia, estão inseridos em uma cultura, possuem princípios e valores, a partir dos quais fazem juízo sobre o mundo, que podem ter consequências sobre sua percepção de eventos de sofrimento e dor (CARONE JÚNIOR; BARONE, 2001).

Apesar dessa iniciativa, Peres et al. (2007) afirmam que em suas buscas foram encontrados vários estudos relacionando valores e crenças dos clientes com resultados obtidos pela psicoterapia. No entanto, no caso do Brasil, poucas pesquisas foram conduzidas.

No entendimento de Bohart (2000) a psicoterapia deveria se valer de modelos que enfatizassem sua relação com o cliente, que a seu ver deveria ter um envolvimento maior para conseguir se mobilizar em si a esperança e o otimismo.

A partir desse posicionamento poder-se-ia pensar que um dos caminhos possíveis para os terapeutas em sua abordagem poderiam ser a religiosidade e espiritualidade, que para Peres et al. (2007) necessitam ser mais pesquisadas a fim de se verificar o quão eficazes efetivamente podem ser e em que circunstâncias.

Os autores retrocitados observam ainda que as pessoas tem se interessado muito pela leitura de material que trata da espiritualidade, sendo crescente também a busca dos caminhos religiosos. “Assim, iniciativas que convergem a religiosidade e a espiritualidade à psicoterapia têm avançado nos últimos 25 anos” (PERES et al., 2007, p. 142).

Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata de usar conceitos e práticas religiosas no tratamento psicoterápico e sim, incluir as crenças dos clientes no contexto do processo. Assim, não se deve confundir a prática pastoral com a intervenção psicoterapêutica, muito embora não se possa negar que ela traga altos índices de bem estar, de equilíbrio emocional, de reintegração social, reabilitação e redução do estresse e da depressão (JOSEPHSON, 2004).

Assim, para finalizar essa discussão, admite-se que os limites entre a prática religiosa enquanto intervenção e ajuda ao ser humano e o exercício da clínica psicoterápica sejam tênues, dependendo substancialmente da ética do pastor em não se valer de conhecimentos da psicologia fora do *setting* e do psicólogo em não utilizar valores e crenças pessoais para o exercício de sua profissão.

2.3 A RELIGIOSIDADE EM PSICOTERAPIA

Considerando a distinção feita entre religiosidade e espiritualidade, onde a primeira está voltada para o transcendente, ao passo que a outra referindo-se ao sentido, Pinto (2013 p.684) diz que “[...] no caso da psicoterapia, se ela é uma atividade que se dá através da espiritualidade, é também uma atividade transpassada pela religiosidade das pessoas envolvidas no trabalho, terapeuta e cliente [...]”. Ainda segundo o autor, a temática que envolve a religiosidade dos atores em psicoterapia tem provocado muita polêmica no campo da psicologia.

Considerando a forte presença da religião na vida e no cotidiano do povo brasileiro, o lugar que ela ocupa na estruturação do sujeito promovendo-lhe sentidos, conforme visto, o encontro cliente/terapeuta, marcado por essa presença religiosa, está acontecendo todos os dias nos espaços terapêuticos. É neste ponto que Neubern (2010), levanta a questão sobre a atitude de muitos psicólogos que assumem uma postura de interpretar o que se passa com o cliente sem lhe conferir o devido

acolhimento, o que cria, segundo o autor, um afastamento por um diálogo produtivo para mudanças.

O autor ainda discorre dizendo que muitos psicoterapeutas não reconhecem a religiosidade como um campo válido de experiências de seus clientes, e com isso, o entendimento mais amplo da realidade construída cotidianamente torna-se mais difícil. É, no mínimo, um ponto de reflexão para o terapeuta questionar-se quanto à sua “[...] concepção dominante do pensamento moderno, onde a religião é uma ilusão ou subproduto de algum campo já colonizado [...]” (NEUBERN 2010, p. 264).

Segundo Peres; Simão; Nasello (2007), considerar as dimensões do espiritual e do religioso como integrados ao sujeito e extrair informações que beneficiem o processo terapêutico requer procedimento ético, conhecimento sobre o tema e muita habilidade na abordagem. É sabido que a religião confere ao sujeito religioso um sentimento de pertença, além de ser promotora subjetiva de sentidos (NEUBERN, 2010), e, não atentar para o conteúdo subjetivo do sujeito, também constituído através de ritos e símbolos religiosos, por negação de foro particular por parte do terapeuta, não parece ser ético, justo, muito menos, útil com o processo que é dinâmico e que considera o sujeito como um ser indivisível, integralizado, pleno em capacidades e potências.

Ao considerar a integração da psicoterapia com a espiritualidade, alguns fatores merecem cuidados, tais como:

[...] habilidade de inquirir sobre a vida religiosa e espiritual dos pacientes é um elemento importante da competência psicoterapêutica; a informação sobre as vidas religiosas e espirituais dos pacientes revela frequentemente dados extremamente importantes para superação de suas dificuldades; o processo do inquérito sobre esse domínio deve ser respeitoso; e há um potencial significativo para faltas éticas quando o terapeuta exagera suas convicções pessoais abandonando o princípio da neutralidade [...] (LOMAX et al. Apud PERES; SIMÃO; NASELLO, 2007).

O desenvolvimento pessoal está totalmente implicado à espiritualidade da pessoa, cabendo à psicoterapia a função de facilitar esse processo (PINTO, 2013). Segundo o autor, o ser humano pode ou não cultivar a sua espiritualidade, podendo ela se desenvolver e amadurecer. “Quando necessário, a psicoterapia, por ser uma atividade exercida através e em prol da espiritualidade, é um dos caminhos para desenterrar o amadurecimento da espiritualidade” (PINTO, 2013, p. 683).

Nesse sentido o autor ainda considera que a busca por psicoterapia por parte do cliente não é apenas para apresentar uma faceta da sua existência, mas o seu existir de modo pleno, embora ele mesmo possa não se dar conta disso. Isto inclui o aspecto ligado à sua religiosidade componente importante do diálogo desenvolvido na relação mesmo que nominalmente não caracterizado. “A religiosidade sustenta crenças e posturas diante da vida, nutre valores e escolhas, influencia a espiritualidade e o contato corporal. Não há como ela se ausentar da situação terapêutica” (PINTO, 2013, p. 684).

Até este momento temos discorrido da figura do cliente, um dos protagonistas do setting terapêutico, porém, outro fator importante a ser considerado na relação terapêutica é quanto a figura do psicoterapeuta no que concerne às suas convicções religiosas.

E não é apenas a religiosidade do cliente que adentra o consultório: também a religiosidade do terapeuta está lá, permeando sua escuta, atravessando seus olhares, conduzindo sua conduta, pondo à prova seus valores. O terapeuta também está inteiro em cada sessão. Esse um fato inegável: as religiosidades do cliente e terapeuta permeiam o encontro psicoterapêutico (PINTO 2013, p. 684).

Forghieri (2007) pondera sobre a importância do psicólogo está presente na relação terapêutica de modo sensível às necessidades do seu cliente não assumindo uma posição de superioridade com relação ao mesmo. Buber (apud, FORGHIERI, 2007, p. 113) diz que, “Algo totalmente diferente é exigido do terapeuta [...] sair do papel de superioridade conquistado pela ciência, transformar isto na situação elementar entre aquele que chama e aquele que é chamado”.

A espiritualidade é um termo que originou-se dentro da religião, porém, com o passar do tempo, com novas contextualizações, ganhou um novo entendimento. Ainda assim, o assunto não é discorrido com tranqüilo no meio psicológico, talvez ainda resquício da posição antagônica entre ciência e religião. Segundo Pinto (2009, p. 69), vários motivos podem ser destacados, porém, o autor menciona dois deles: “[...] primeiro, o pouco espaço que as faculdades de Psicologia dedicam ao tema da religião e até à Psicologia da Religião, muito mais desenvolvida na Europa e nos EUA do que no Brasil [...]”. Em segundo lugar,

[...] há enorme dificuldade para o psicólogo inserir as suas experiências espirituais e religiosas em um universo acadêmico e profissional que as aceite, integre e compartilhe, o que acaba por gerar, nos psicólogos, uma dificuldade para desenvolver uma ação psicológica congruente consigo

mesmo no que diz respeito ao tema da espiritualidade e da religião (ANCONA-LOPEZ, apud PINTO, 2009, p. 69).

Uma importante contribuição é dada para uma postura cuidadosa do psicoterapeuta atravessado no processo terapêutico por sua religiosidade no qual o autor destaca, dentre outros, três cuidados possíveis:

O primeiro desses cuidados diz respeito a não se correr o risco de negar a presença das religiosidades na terapia, como se houvesse uma área que não seja pertinente ao diálogo terapêutico [...] o segundo cuidado: conhecer a própria religiosidade [...] O terceiro cuidado, muito próximo dos outros dois e decorrente especialmente do segundo, é o cuidado para não orientar a psicoterapia pela religião (ou falta dela) do terapeuta, mas pelos conhecimentos e métodos inerentes à área da psicologia (PINTO, 2013, p. 684-685).

2.4 A PSICOLOGIA EXISTENCIAL-HUMANISTA

Em qualquer forma de psicoterapia está implícita uma visão do homem que norteia as atitudes e as intervenções do psicoterapeuta (RIBEIRO, 1985). É deste entendimento que se pressupõe a impossibilidade de agir no homem e com o homem sem as concepções de um arcabouço teórico seguro que permita reflexões e intervenções no campo da psicoterapia.

A psicologia, independente da abordagem, vem fundamentando-se ao longo de sua história, pelo arcabouço do pensamento filosófico, com vários modos de conceber o homem e o mundo, especialmente, com os avanços da ciência (LIMA, 2008). A autora ainda relata que o movimento existencial, fenomenológico e humanista tem dado profundas contribuições para o desenvolvimento das ciências psicológicas, a partir de um novo modo de olhar o ser humano.

A partir desse olhar, alguns temas da psicologia existencial-humanista são fundamentais e basilares, com íntima relação com a filosofia existencial, para a construção da abordagem psicoterapêutica, tais como “[...] os conceitos de existência e liberdade, da filosofia existencial e a base fenomenológica da mesma. A ênfase do humanismo na valorização da condição humana é descrita através do exame das noções de tendência atualizante e individualização” (ERTHAL, 2013, p. 29).

A partir desta contextualização, o caminho que identifica o olhar terapêutico, cheio de possibilidades para uma intervenção, que foca a pessoa, realidade concreta e

integralizada, num autêntico movimento de interação entre o psicólogo e o seu cliente, é o da psicologia existencial-humanista.

Quanto às funções de um psicoterapeuta existencial-humanista, Feldman (2006, p. 27) destaca que ele deve

Ajudar o outro a descobrir as suas potencialidades. Promover um encontro no qual participa não como autoridade, mas como uma pessoa que se relaciona com outra trocando ideias, sugestões, revelando-se tal como é. Oferecer ao outro, algumas vezes, interpretações pessoais, escolhendo o melhor momento para fazê-lo e sem esperar que esse outro seja um mero seguidor. Colocar-se como um observador e participante ativo que busca conhecer e compreender o outro, não como uma “tela branca” ou um “catalizador silencioso”. Ajudar o outro a descobrir o que deseja da vida, sem lhe dizer o que fazer ou aonde ir, respeitando a sua liberdade de escolha.

Além disso, ainda segundo a autora, cabe ao psicoterapeuta Existencial-Humanista caminhar com o seu cliente, descobrindo quais as suas expectativas da vida, e, sobretudo, em todo o percurso respeitar o seu direito de escolha, fruto da sua liberdade.

A partir de então, veremos um recorte dos temas basilares deste modo de ver e intervir no ser humano.

2.4.1 O Enfoque Existencial

A etimologia da palavra existência, segundo Ribeiro (1985, p. 37) é “[...] *ex-sistere*: começar a ser, vir de alguma coisa e, nesse sentido, o homem é o único ser que pode sair de si para projetar a si mesmo, pode fazer um projeto de si próprio, ele próprio é um projeto, realizando-se”.

Segundo Jolivet (apud ERTHAL, 2013, p. 30), por existencialismo entende-se

O conjunto de doutrinas segundo as quais a filosofia tem como objetivo a análise e a descrição da existência concreta, considerada como ato e como uma liberdade que se constitui afirmando-se e que tem unicamente como gênese ou fundamento esta afirmação de si.

Uma das ideias centrais do existencialismo é “[...] a existência precede a essência” (PERDIGÃO, 1995, p. 90), considerando o homem como sendo o único responsável por construir a sua essência, não tendo por base qualquer essência original que o auxilie. O autor considera a impossibilidade do ser encontrar fora de si qualquer tipo de apoio que possa aliviar o peso da sua liberdade, sendo, por isso mesmo, o único

responsável por si. Portanto, em termos gerais, o existencialismo se ocupada da existência concreta do homem no mundo, tendo como uma das ideias básicas do seu enredo filosófico ‘a existência precede à essência’.

Nessa perspectiva não há nada que seja externo ao homem que determine a si mesmo, ao contrário, ele é determinado apenas por si, por meio das escolhas que faz, onde possibilidades são transformadas em potencialidades, não atribuindo essa relação às suas condições, mas sim, as suas decisões (ERTHAL, 2014).

É do olhar existencialista, que se verifica a prática da liberdade como exercício humano, as consequências que as escolhas produzem, bem como a responsabilização pelas escolhas, entendendo o homem como o único causador de si mesmo (PINTO, 2009). Segundo Jaspers (apud ERTHAL, 2014), “O que o homem é, ele se torna através da causa que ele faz sua própria”. Na mesma linha de raciocínio, Feldman (2006, p. 25), argumenta que “O homem tem a responsabilidade existencial de defrontar-se consigo mesmo e de criar a sua própria natureza”.

Um pressuposto existencialista considera que o homem só pode ser plenamente compreendido por si mesmo numa experiência que nasce do encontro do seu ser no mundo “[...] sendo a mais fiel interprete de si mesmo” (RIBEIRO, 1985, p. 34).

2.4.2 O Enfoque Fenomenológico

O contexto filosófico do surgimento da fenomenologia de Husserl era marcado por uma separação que distinguia as ciências humanas que era “[...] a separação radical entre a consciência do sujeito (em latim, *res cogitans*: o ser pensante) e o mundo exterior (*res extensa*: o ser material) consideradas até então como entidades distintas e heterogêneas” (PERDIGÃO, 1995, p. 32). De acordo com o autor, o pensamento humano era fortemente marcado por esse dualismo filosófico: materialismo e idealismo. Considerava-se que o aprendizado se dava de um modo em detrimento do outro. Discordando dessas posições, Husserl defende que “[...] o ser humano vive em uma unidade indivisa de mente-corpo-mundo e assim deve ser estudado” (PERDIGÃO, 1995, p. 32).

Forghieri (2007), considera que a consciência e objeto são integrados pela fenomenologia, enfocando que é a busca pela coisa mesma. Ainda segundo a

autora (p. 91), “[...] Husserl contesta tanto a pura objetividade quanto a pura subjetividade”. O foco está no modo como o objeto é revelado à consciência. Consciência, a bem dizer de modo coerente com esta ideia, não é um lugar ou uma instância onde residem as ideias. Ela existe apenas em relação ao objeto. Ribeiro (1985, p. 43) diz que “[...] Se a consciência é sempre consciência de alguma coisa e se o objeto é sempre objeto para uma consciência, é inconcebível que possamos sair dessa correlação, já que, fora dela, não existiria nem consciência nem objeto”. Assim, segundo o autor, o objeto não é um objeto em si, se ele é sempre o objeto para uma consciência, assim, ele só o é quando percebido. Para Forghieri (2007, p. 91), “[...] a fenomenologia não se constitui em um sistema filosófico e sim em um conjunto de proposições para um método de apreender, investigar e pensar o mundo, conforme é percebido pela consciência”.

Erthal (2013, p. 279), diz que “a consciência parte em direção ao fenômeno, ou coisa que a ela aparecem como fenômeno. Nessa captação, consciência e objeto passam a ser um só e a preocupação volta-se para o ato de conhecer”. A intencionalidade da consciência é o entendimento que cada ato realizado pela consciência é intencional, direcionada a alguma coisa (SOKOLOWSKI, 2000).

Forghieri (2007) argumenta que para se apreender o verdadeiro significado do objeto é preciso colocar em suspense todo o conhecimento, tudo o que se sabe sobre ele, o que é chamado de redução fenomenológica.

Ampliando a nossa busca de compreensão, Husserl propõe que se faça uma redução fenomenológica entre a existência de toda a vivência e a própria subjetividade do eu vivencial. O fenômeno, diz ele, é um dado absoluto e, nesse sentido, o fenômeno pode ser visto como expressão de uma essência que pode ser, objetivamente, estudada por mim; na compreensão, entretanto, deste fenômeno devo renunciar, com diz Husserl, ao que é meu, para me tornar mais livre na compreensão do fenômeno. (RIBEIRO, 1985, p. 46-47).

Giles (1989, p. 56) diz que “[...] é preciso partir daquilo que se pode ver e alcançar diretamente quando o pensador não se deixa deslumbrar por preconceitos, nem desviar do objeto em-si, do verdadeiro dado”. Ainda segundo o autor, são exigências do método fenomenológico, orientar-se para as próprias coisas, interrogar as próprias coisas, abandonando todo e qualquer tipo e preconceito alheio à coisa.

Segundo Tourinho (2012, p. 858), Husserl faz uma opção “[...] pelo exercício da *epoché*, isto é, pelo exercício da “suspensão de juízo” em relação à posição de existência das coisas”. Neste caso, a consideração que se faz do dado observado é

a total abstenção de conceituação ou juízo de valor. Citando em termos *Husserlianos*, o autor ainda argumenta dizendo que a atitude natural é colocada entre “[...] entre parênteses, a facticidade do mundo fica fora de circuito”.

Dentro desta perspectiva, a *epoché* consiste no exercício de deslocar a atenção dos fatos que aleatoriamente circundam o fenômeno e, então, transcender para um olhar que evidencia o fenômeno como de fato ele se manifesta.

Considerando essa premissa, tem-se por entender a partir da fenomenologia, o exercício da redução eidética, que “[...] é a forma pela qual nos movemos da consciência de objetos individuais concretos para o domínio transempírico das essências puras” (MARTINS; THEÓPHILO, 2006, p. 46). Ainda segundo os autores, diante do objeto que é dado à consciência, vários fatores afetam os sentidos, promovendo variações deste objeto, porém, dizem: “[...] há uma essência que se mantém durante o processo de variação”. Para o alcance desta essência é preciso purificar o fenômeno de tudo aquilo que não o pertence essencialmente.

Nessa mesma direção, Erthal (2013, p. 39) relata que “Para que se possa atingir um conhecimento completo, todos os atributos exteriores à vivência captadora precisam ser eliminados [...]”. Neste sentido, a autora pondera sobre a necessidade de se fazer uma depuração de tudo o que é externo ao fenômeno para que se possa alcançar a sua existência básica, o *eidos*.

2.4.3 O Enfoque Humanista

Do humanismo vem a contribuição da visão o homem como centro, como um ser capaz de se autogerir e regular-se; um ser capaz de crescer, evoluir, de dentro para fora (RIBEIRO, 1985). O autor ainda considera que a psicoterapia de base humanística procura levar o cliente a tomar posse de si mesmo e do mundo a partir daquilo que em si é potencialmente criativo e pleno de possibilidade de transformação e mudanças,

[...] sem esquecer os limites pessoais, os fracassos e impossibilidades de mudanças, aqui e agora, procura fazer uma reflexão a partir do positivo, do criativo, do que é ainda potencialmente transformador; enfim, daquilo que talvez sem o perceber, o cliente tem à sua disposição, como principal e, às vezes única porta de saída para sua recuperação e renascimento (RIBEIRO, 1985, p. 28).

Segundo Erthal (2013, p. 54), “a psicologia humanista lida com a totalidade de cada um no processo de vir-a-ser [...] Além do seu caráter de unicidade, também é observado que existe a relação com o outro”. Ainda segundo a autora, o humanismo crê no potencial da pessoa, no impulso para o crescimento, como também, na tendência a atualização, podendo o mesmo enfrentar forças que se opõem à essa atualização, assim, cabe à pessoa, e somente a ela, fazer a sua escolha que poderá significar segurança ou desenvolvimento. Finalizando, a autora retro citada destaca a relação interpessoal como o principal valor humanista.

A corrente humanista e a corrente existencial têm pontos comuns, como também contraditórios, não podendo, ainda assim, falar de humanismo sem existencialismo e de existencialismo sem o humanismo.

A visão de interdependência dos campos, onde torna-se impossível falar de existencialismo sem o essencialismo e vice versa, é compartilhada por Tillich (apud, ERTHAL, 2014, p. 32): “Existe um filosofar existencialista, mas não existe e não poderia haver um sistema existencialista de filosofia”. Ainda considera que é possível descrever a natureza essencial do homem, na sua relação com o transcendente e o incondicional, assim como a sua situação existencial que é a sua capacidade de criar-se.

Faz-se necessário discorrer aqui sobre uma divergência que existe no conceito de potencialidade humana, a partir do olhar destas duas correntes, humanismo e existencialismo, marcando distintamente o conceito de natureza humana e condição humana. O primeiro, a natureza humana, diz respeito ao conceito universal de homem que define a sua existência antes dela mesma. Neste caso, a essência precede a existência, conceito do essencialismo dentro da visão humanista. Quando se trata da segunda, a condição humana, isso implica nas limitações que mostram a situação do homem no universo, entretanto, os limites que aparecem em seu projeto, também presentes nos projetos de todos, podem ser negados ou aceitos e vencidos, o que implica, fundamentalmente, na capacidade de transcender a si mesmo, como também de fazer escolhas no exercício da sua liberdade, características da sua condição (ERTHAL, 2013).

A autora retrocitada afirma também que as duas correntes defendem as realizações do homem em diferentes níveis, entretanto o foco do humanismo reside numa potencialidade de origem orgânica, entendendo que “O organismo possui o desejo e

a capacidade de autodeterminação [...] Existem tendências organísmicas inerentes e direcionais que controlam e guiam o desenvolvimento da personalidade humana” (ERTHAL, 2013, p. 59)

Sobre essa oposição de ideias, Erthal (2014, p. 33) relata que o importante “[...] é existir e a atitude que se tem em relação a isso. Se a existência precede a essência (Sartre) ou se estas são na verdade, uma mesma coisa (Heidegger) não impede o indivíduo de ser livre para se criar”.

Na visão sartreana, o homem não é nada antes de existir, sendo assim, não há definição alguma que possa anteceder-lo, nenhuma essência que o antecipe, pois essa concepção anularia uma ideia fundamental do existencialismo em que o homem é aquilo que faz de si mesmo. O homem é responsável por aquilo que é e faz de si mesmo. Segundo Sartre (1970, p. 4), “[...] o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define”. Assim, o homem existe e só depois de existir é que constrói a sua essência.

2.5 O PASTOR E O MINISTÉRIO PASTORAL

A palavra grega traduzida por pastor é *poimen*, que significa ‘boiadeiro’. Pastor é uma palavra indo-européia que sempre é empregada no sentido metafórico, como líder, comandante, governante (BEYREUTHER, 2000). O vocábulo tem profundas implicações na religião cristã. O sentido do termo se dá em dois modos: aqueles que cuidam das ovelhas e aqueles que cuidam das pessoas (KITCHEN, 2006). O autor ainda considera que o cuidado de ovelhas é um exercício muito estafante, tendo o mesmo que encontrar águas e alimento em terras secas, proteger as ovelhas de animais predadores, buscar aquelas que se desviam do rebanho, cuidar das que se ferem, além disso, o pastor tinha que se abrigar em tendas improvisadas sempre que os deveres do apascentar o conduzia para longe de casa.

Nesta mesma direção, Hoch (1980, p. 88), relata que o sentido original de *poimênica*, do pastorear, “[...] envolvia a preocupação em cuidar do rebanho, protegê-lo contra eventuais inimigos e zelar pelo seu bem-estar até ao extremo de se sacrificar por ele”. Entretanto, ainda de acordo o autor, com o passar do tempo, foi se consolidando na igreja uma atividade do “*poimen*” que “[...] perdeu muito o seu

caráter de servir para assumir uma conotação de exercer domínio e controle sobre o rebanho".

Em termos históricos o povo hebreu é um dos mais antigos tendo tanto registros arqueológicos de sua existência, quanto religiosos e culturais (TARNAS, 1999). Nesse contexto, a designação de pastor estava impregnada dessas duas dimensões, havendo, inclusive, na bíblia citações fazendo menção à Deus como pastor: "O Senhor é o meu pastor; nada me faltará" (BÍBLIA SAGRADA, A.T. p. 588), como também, a autodenominação de Jesus: "Eu sou o bom pastor [...]" (BÍBLIA SAGRADA, N.T. p. 1078).

Dessa maneira, é possível ver que na atualidade o chamado do pastor evangélico contempla duas dimensões importantes: a convicção do seu chamado para o exercício pastoral e o aspecto metafórico do pastor dos rebanhos, na medida em que sua tarefa é árdua, de cuidado, proteção e abrigo, dimensão intrínseca dos fiéis sob sua responsabilidade.

2.6 O ACONSELHAMENTO

O vocábulo aconselhar, de acordo Schmidt (2009, p. IX), "[...] vem do verbo latino *consiliare* e nos remete a *consiliun*, que significa com/unidade, com/reunião [...] supõe a ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo".

A prática de dar ou buscar conselhos é parte inerente da convivência entre pessoas de um modo geral. Ela é percebida, por exemplo, entre pais e filhos, professores e alunos, entre amigos, assim como nas relações desenvolvidas pelo líder religioso, seja ele, pai de santo, pastor ou padre, com os seus fiéis crentes.

Nesse sentido, May (1976) considera que aconselhar é uma prática muito antiga, e que é desenvolvida tanto de modo informal, como, por exemplo, na relação entre pessoas amigas, quanto de modo formal, profissional, como na relação do professor para o aluno, do sacerdote para o fiel, do doutor para o paciente.

Enfim, ao considerar esse ponto de vista, entende-se que o ato de se solidarizar com o outro em seus conflitos, seja por conselho, ou aconselhamentos ou ainda por orientação, não é novo e sempre esteve presente na história, pois o homem é um ser social vivendo permanentemente em relação.

2.7 O ACONSELHAMENTO PASTORAL

Aconselhamento pastoral, 'pastoral counseling', é uma terminologia da língua inglesa, sendo uma expressão amplamente divulgada em território norte-americano no século 20 (SCHNEIDER-HARPPRECHT, 1998).

Dentro da perspectiva pastoral, o aconselhamento é utilizado no relacionamento indivíduo para indivíduo ou grupo, vislumbrando o despertar da potencialidade promotora de crescimento e cura dentro dos mesmos e de seus relacionamentos. Assim, o aconselhamento pastoral é uma dimensão da poimênica, ou seja, da atividade de quem pastoreia, que objetiva ajudar as pessoas a lidarem melhor com seus conflitos e crises (CLINEBELL, 1998).

A prática do aconselhamento no exercício pastoral é uma função extremamente apreciada e, configurou-se necessária ao pastor, dada a posição de liderança que o mesmo exerce na condução da igreja, agrupamento de pessoas, que em sua constituição também é marcada por aqueles que têm necessidades, às vezes, físicas, às vezes espirituais e, às vezes, emocionais.

No tocante a igreja e sua relação com o ministério pastoral, a prática do aconselhamento é exercida desde a sua origem, conforme registro no Novo Testamento. Paulo, o apóstolo, chamado apóstolo, em um dos seus escritos, afirmou: "a palavra de Cristo habite ricamente em vós, em toda a sabedoria; ensinai e aconselhai uns aos outros com salmos, hinos e cânticos espirituais [...]" (BIBLIA SAGRADA, N. T. p.1201).

O aconselhamento pastoral nas igrejas protestantes acontece de modo bem variado e não está restrito a um local apenas, porém, um lugar específico para o atendimento pastoral é o gabinete pastoral. O gabinete é uma sala, onde geralmente o pastor utiliza para estudos e atendimento às pessoas da igreja ou da comunidade que necessitam. Existem gabinetes que mesmo com a presença de uma mesa como móvel de utilidade necessário para os estudos, outro ambiente é criado, na própria sala, com assentos, geralmente confortáveis, e que permitem maior proximidade entre o conselheiro e o aconselhando. Além do gabinete, o pastor desenvolve a prática do aconselhamento nas casas, nos hospitais, nas delegacias, nas ruas, nas escolas. De um modo geral, o aconselhamento pastoral pode se dar numa rápida conversa marcada pela informalidade ou, de um modo mais formal, um

momento previamente marcado, mais estruturado, em que o pastor acompanhará o aconselhando em suas necessidades, o que pode durar semanas ou meses. Esses encontros são previamente marcados, com um tempo previsto de duração e, geralmente, ocorre uma vez por semana. Outra característica presente na prática do aconselhamento ministrado pelo pastor é que ele pode se dá de modo individual, casal, grupo, e, há casos em que o aconselhamento acontece com toda a família.

Faz-se necessário ressaltar que nas igrejas evangélicas, a prática do aconselhamento não é exclusivamente pastoral, porém é principalmente exercida por ele. Na visão de Collins (2004, p. 16), “Para os escritores dos livros do Bíblia, a assistência ao próximo não era uma questão de opção, mas uma responsabilidade de todo o crente, inclusive do líder da igreja”. Esta posição é sustentada pelo autor mencionando a expressão que mais ocorre no Novo Testamento “uns aos outros” e suas derivações indicando ações para os cristãos como: edificar uns aos outros, admoestar uns aos outros, ser devotados uns aos outros, ter paz uns com os outros, servir uns aos outros, levar as cargas uns dos outros, ser gentis uns com os outros, ensinar uns aos outros, encorajar uns aos outros, confessar as culpas uns para com os outros, orar uns pelos outros e amar uns aos outros.

Pelo relato histórico da própria Bíblia, o aconselhamento era uma prática exercida muito antes do nascimento da igreja. O povo hebreu, raiz de onde descende o cristianismo, tinha por costume buscar os conselhos dos mais experientes, especialmente daqueles que eram revestidos de autoridade no trato da coisa divina. Era comum, por exemplo, que o rei buscasse o conselho do profeta antes de sair para a guerra.

Na vida do evangélico a igreja tem um papel importante construindo parâmetros para práticas que se alinham à uma conduta ética de acordo com sua visão da bíblia e do mundo. O homem moderno está mergulhado em crises existenciais e a igreja tem o papel de oferecer recursos espirituais para tais crises. É neste contexto que o aconselhamento pastoral nas igrejas evangélicas se dá.

Num levantamento bibliográfico sob a batuta do tema aconselhamento pastoral, Bootz (2003, p. 17), estudou “[...] o uso de recursos espirituais na prática de aconselhamento pastoral em alguns autores representativos [...]”. Em seu trabalho, o autor relaciona os mais influentes nomes do aconselhamento pastoral no contexto brasileiro. São eles: Jay Adams, David Kornfield, James Mannóia, J. Harold Ellens,

Paul Tournier, Gary R. Collins, Larry Crabb, Fabio Damasceno, Howard J. Clinebell, Richard H. Wangen, Lothar Carlos, Hoch, Christoph Schneider-Harpprecht, Maria Stoffel, Nelcy Terezinha Zwites.

O aconselhamento pastoral, embora cercado de muitas teorias, algumas de viés fundamentalmente teológico, outros de viés psicológico e outros ainda, procurando mesclar os campos promovendo um conhecimento que envolva a fé e a ciência, o que impera no aconselhamento pastoral é o aprendizado aprendido na prática que tende a acolher a ovelha ao mesmo tempo em que não se perca de vista os preceitos bíblicos, mediador das condutas, tanto do conselheiro, neste caso, o pastor, como do aconselhando (BOOTZ, 2003).

2.8 A DIMENSÃO ÉTICA

Será que o sacerdote ou o pastor/psicólogo pode fazer psicoterapia na igreja? E o psicólogo, será que ele pode discutir temas espirituais com seus clientes? Quais os limites de atuação do pastor psicólogo e do psicólogo pastor?

Estas questões permeiam este trabalho exatamente porque estamos lidando com dois campos distintos que fornecem, ao profissional, recursos teóricos, metodológicos e práticos, com foco na qualidade de vida da pessoa, neste caso, o fiel ou o cliente.

No trato com o cliente que expõe a sua dimensão religiosa, o psicólogo tem um grande desafio que é a integração dessas dimensões, espiritual e religiosa, para o desenvolvimento do processo terapêutico, no qual também, cabe ao profissional, além de muito conhecimento e habilidade para fazê-lo, se amparar numa atuação profundamente ética (PERES; SIMÃO; NASELLO, 2007).

Ao mencionar a ética na práxis psicológica, faz-se necessário, tanto quanto óbvio, a referência ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, que dispõe sobre os enquadramentos da sua atuação:

Um Código de Ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a auto-reflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza

técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.

Na exposição de motivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo, na resolução de 1987 (p. 2), vale destacar o seguinte:

Se o homem é um ser de relação, sujeito a continuas mudanças na sua luta por ocupar, a cada momento, o espaço que lhe compete no mundo e se, ao mesmo tempo, ele é o sujeito e o objeto de estudo da psicologia, segue que qualquer sistema ou código só será real se sujeito, também ele, a essa transitoriedade que é própria do homem à procura de seu destino e significação.

Através da resolução CFP 010/05, o novo Código de Ética do Profissional Psicólogo está em vigor desde o dia 27 de agosto de 2005. Nele é possível observar algumas referências relacionadas ao tema deste trabalho. Por exemplo:

Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos:

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

[...]

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

j) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;

Portanto, como se percebe, o Código de Ética do Profissional Psicólogo contempla temas permeiam os dois campos desta pesquisa, sendo a psicoterapia uma atividade do psicólogo, portanto, deve ser norteadada pela ética deste profissional.

Vale considerar que não existe no Brasil uma classe organizada de pastores, sem distinção denominacional, com um código de ética que os represente. Porém, cada denominação possui suas organizações que, mesmo delimitado àquele grupo denominacional, possuem seus códigos de éticos especificando a ação pastoral. Por exemplo, a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil tem o seu próprio código de ética.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa quanti-qualitativa, o que quer dizer uma integração das duas técnicas de pesquisa, quantitativa e qualitativa, permitindo “[...] que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular” (GOLDENBERG, 2004, p. 62).

Esta pesquisa foi realizada a partir do olhar metodológico do enfoque fenomenológico. Com isso, o propósito foi dar evidência aos dados que estão presentes na experiência cotidiana de cada sujeito entrevistado.

Segundo Oliveira (2010, p. 49), “[...] o método de investigação de uma pesquisa depende tanto do objeto estudado quanto dos propósitos do investigador”. Por isso mesmo, tendo em vista o objetivo a que se propõe esta pesquisa, o método que melhor atende o propósito é o método qualitativo em uma abordagem fenomenológica.

Para Husserl (apud GIL, 2010, p. 14), “A suprema fonte de todas as afirmações racionais é a ‘consciência doadora originária’”. Com isso, segundo o autor, estabelece-se, pois, uma regra essencial deste método: “[...] avançar para as próprias coisas”. Gil ainda diz que os pesquisadores que se propõem às pesquisas sob o enfoque fenomenológico preocupam-se não com o desconhecido por traz do fenômeno, mas sim, com o que é o fenômeno.

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa [...] O objeto de conhecimento para a fenomenologia não é o sujeito, nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito (GIL, 2010, p.14).

Com o propósito de reconhecer e captar o valor da experiência de cada sujeito e como ela se dá para cada um, propõe-se o método fenomenológica como meio para tal intento, o mais adequado para este propósito.

Segundo Giles (1989), com o propósito de conferir à filosofia rigorosidade científica, Husserl, acostumado às exigências da exatidão matemática, introduz na filosofia o método fenomenológico, onde “[...] a partir daquilo que se pode ver e alcançar diretamente quando o pensador não se deixa deslumbrar por preconceitos, nem desviar do objeto em-si, do verdadeiro dado” (p. 56). Ainda segundo o autor, o pesquisador deve deixar “[...] de lado os preconceitos que são necessariamente alheios à própria coisa”.

3.2 CAMPO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada com pastores/psicólogos, com experiência de atuação nos dois campos. Levou-se em consideração uma amostra que representasse essa população com suas principais características. A necessidade de estender o campo para outro estado da federação foi em função do pouco contingente do campo pesquisado. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente ou por indicação, desde que cumprissem os requisitos previamente estabelecidos.

3.3 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com a participação de seis pastores/psicólogos, com idade variando entre 38 e 69 anos. Cinco participantes são da denominação Batista, atuam no estado do Espírito Santo, e um da denominação Adventista do Sétimo dia, atua no estado da Bahia. Todos são formados nos dois campos do saber de interesse desta pesquisa: Teologia e psicologia. Destes, dois são pós-graduados com mestrado no campo psicológico. Cinco participantes tinham pelo menos cinco de experiência na prática clínica, enquanto um atuava há dois anos. Assim, o tempo de experiência clínica varia entre 2 e 32 anos. O tempo de experiência no ministério pastoral dos participantes varia entre 12 e 47 anos, exercidos em várias regiões do território brasileiro. Dos seis, dois não estão em atividade clínica circunstancialmente, em função da demanda da igreja, outros três, exercem dupla jornada, enquanto que, um participante decidiu pela exclusividade na atuação como psicólogo.

O participante com dois anos de experiência clínica foi incluído na pesquisa, que previamente estabelecia uma experiência mínima de cinco anos de atuação nas duas atividades, psicológica e pastoral, em função do escasso contingente de sujeitos do universo pesquisado. Seu relato trouxe um olhar enriquecedor para o fenômeno investigado, desconsiderando a hipótese do tempo mínimo requerido anteriormente como fundamental.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O contato inicial para a realização da pesquisa foi feito pessoalmente ou por contato telefônico com cada participante. Depois de explanado o propósito e estabelecida uma relação de confiança entre o pesquisador e o participante, as entrevistas foram marcadas de acordo as possibilidades de cada um, em local e hora definidos pelos mesmos. Tudo transcorreu satisfatoriamente como previamente combinado.

Com cinco participantes as entrevistas aconteceram face a face. Entretanto, com um deles o procedimento de coleta de dados se deu por telefone, em função da distância que separavam pesquisador e pesquisando. Para tanto, foi utilizado um aplicativo de gravador de voz, aproveitando todo o conteúdo exposto. Semelhantemente às demais, a entrevista aconteceu em dia e hora marcados pelo colaborador e a mesma transcorreu sem manifestação de prejuízos que pudessem interferir na valência dos relatos ou nos resultados obtidos.

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro pré-estabelecido de questões, abordando diferentes aspectos dos dois campos da pesquisa. A partir do roteiro básico, outras questões foram exploradas, de acordo com o desenvolvimento das entrevistas, para melhor compreensão dos fatos. As entrevistas foram feitas de modo individual e com total privacidade para a execução das mesmas. Foram gravadas para melhor aproveitamento do conteúdo das informações, uma vez que a fala do sujeito entrevistado se constituiu num elemento fundamental da pesquisa e, por isso, o seu registro. Além de gravadas, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

De acordo a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, no que tange aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012), todo o procedimento da pesquisa primou por assegurar a confidencialidade, a privacidade, a proteção à imagem e a não estigmatização dos participantes. Com isso, os participantes não tiveram seus nomes divulgados. Cada um recebeu um nome fictício: PP1, PP2, PP3, PP4, PP5 e PP6.

Antes das entrevistas, o termo de consentimento foi lido e devidamente esclarecido pelo pesquisador. Depois de cumprida esta etapa, o participante assinou o seu termo, conferindo transparência e seriedade ao processo investigativo. O pesquisador se esquivou de expor suas opiniões durante as entrevistas, conferindo assim, maior acuidade aos relatos e no resultado final.

3.7 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Segundo Ancona-Lopez (2002, p. 83), por trabalhar com relatos de experiência, orais e escritas, pesquisadores que seguem os caminhos do método fenomenológico mostram um procedimento comum quando se trata da descrição da análise desses relatos:

[...] em primeiro lugar, de ler e reler os textos, tantas quantas forem necessárias para mergulhar nos mesmos, conhecer suas nuances, explorar as relações, os termos usados, deixar-se atingir por ele. É possível, em seguida, trabalhar o texto separando unidades de significado, agrupando-as, organizando categorias, estabelecendo um relato descritivo de seu conteúdo ou expressando-o através de uma narrativa. Atividade que, amadurecendo, permite que se organize uma figura, uma gestalt na qual os vários significados se organizam entrelaçando-se e formando um desenho que revela um dos modos possíveis de compreensão do fenômeno.

O caminho percorrido nesta pesquisa quanto à análise e descrição dos dados seguiu tal qual percurso mencionado pela autora. Depois de todas as entrevistas realizadas foi feito uma transcrição *ipsis litteris* do conteúdo verbalizado. Após esta etapa, foi feita uma leitura geral de todo o material transcrito várias vezes, sem que nenhuma dúvida ficasse sobre a vivência do participante. Depois os relatos foram divididos em unidades de significados, organizados, posteriormente, em categorias. O passo seguinte foi construir um relato descritivo, tanto do aspecto quantitativo, quanto do aspecto qualitativo, momento, aliás, de maturidade do trabalho. Desse

modo, sobressaíram os pontos mais relevantes, de acordo com os objetivos da pesquisa, através do olhar Existencial-Humanista.

3.8 OS PERCALÇOS DA PESQUISA

Um dos grandes desafios da pesquisa foi, sem sombra de dúvida, o lidar com toda a potencialidade do estado de pertença do pesquisador, professante de fé religiosa. O desafio foi abordar uma temática no qual está profundamente envolvido, desafiando-se em todo o momento a reduzir sua identificação para ater-se à realidade dos fatos em si, conduzindo a pesquisa sem interferências que possam causar prejuízos à sua cientificidade. Nesse sentido, acredita-se na imensa dificuldade de se alcançar a neutralidade, uma vez que a pesquisa atravessa dois campos de atuação do pesquisador e, neste caso, atua como autor e também ator das cenas objetos de estudo.

A questão da isenção do pesquisador também foi motivo de análise de Rosado (2013, p. 187) quando a temática era Ciências Sociais tratando da religião por cientistas religiosos. A autora se posicionou sobre a questão afirmando a possibilidade de tal intento considerando a necessidade de “[...] guardar o espírito crítico próprio da ciência, aplicando-a inclusive à própria crença, o que é sempre um desafio”. Já Campos (2013, p. 194), fez uma consideração extremamente relevante para os pesquisadores confessionantes de fé religiosa:

O problema não parece estar no fato de o cientista da religião ser religioso, mas no fato de alguns deles, talvez os mais ruidosos, lutarem em favor de uma causa: a de que somente o conhecimento autóctone, proveniente de certa pertença, pode garantir a verdade da análise do campo. Como se eles colocassem a experiência religiosa como imprescindível para a produção do conhecimento.

Embora pastor evangélico, com formação teológica, esta pesquisa nasce da necessidade de investigação de procederes entre os dois campos de atuação: pastoral e psicológico. Existem aproximações e afastamentos nos dois modos de ver e ater-se ao ser humano. As práticas se atravessam e ajudam a criar novas configurações em ambas as atividades.

Assim, desde o início, a ênfase da pesquisa não estava em defender uma ou outra atividade, mas em explorar o fenômeno investigado, procurando responder as motivações originárias deste trabalho.

É certo que ao responder uma questão do pesquisador, este trabalho pode, também, ajudar outros com semelhantes questionamentos.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Tabela 1 - Perfil das Participantes

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO PASTORAL	TEMPO DE ATUAÇÃO CLÍNICA
PP1	48	Casado	Teologia e Psicologia	27 anos	20 anos
PP2	69	Casado	Teologia, Psicologia e Mestre em Psicologia	47 anos	32 anos
PP3	52	Casado	Teologia, Psicologia e Direito	30 anos	19 anos
PP4	38	Divorciado	Teologia, Psicologia e Pós Graduação em Filosofia	12 anos	05 anos
PP5	50	Casado	Teologia, Psicologia e Mestre em Psicologia	27 anos	08 anos
PP6	41	Casado	Teologia e Psicologia	16 anos	02 anos

Fonte: Própria

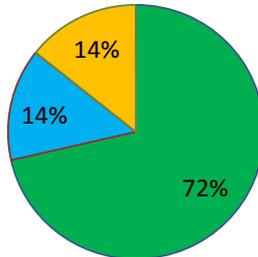
4.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

4.2.1 Análise Descritiva Quantitativa

O primeiro ponto abordado nas entrevistas versou sobre as razões pelas quais os participantes buscaram a formação em psicologia. Os dados obtidos estão resumidos no Gráfico1, onde se pode ver que a maioria dos entrevistados (72%) justificou a busca alegando a necessidade de maior capacitação para o exercício do pastorado. Para 14% a opção pelo curso se deu devido à necessidade de conhecer melhor as pessoas, e outros 14% por aspiração profissional.

Gráfico 1 – A busca pela formação em psicologia

■ Maior Capacitação ■ Conhecer melhor as pessoas ■ Aspiração Profissional

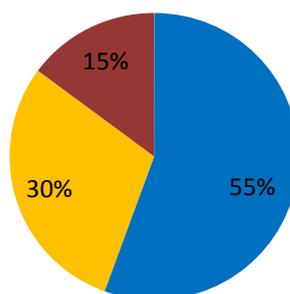


Fonte: Própria

O segundo assunto abordado versou sobre as diferenças existentes entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia. Conforme os dados (Gráfico 2), 55% das respostas obtidas, caracteriza o aconselhamento pastoral com o objetivo de dar diretrizes, ou direcionar a vida dos fiéis. Outros 30% das respostas estabelecem a diferença entre o aconselhamento pastoral e o psicológico pela presença do elemento religioso contido nesse processo envolvendo o pastor e os religiosos. E, finalmente, 15% das respostas consideram que o aconselhamento pastoral possui delimitações dogmáticas, diferindo substancialmente de outros tipos de aconselhamento.

Gráfico 2 – Aconselhamento pastoral

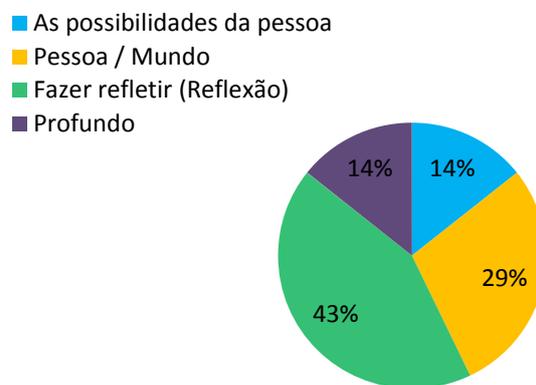
■ Função de dar diretrizes
■ Elemento religioso
■ Existe uma delimitação dogmática



Fonte: Própria

Os elementos que caracterizam o Aconselhamento Psicológico ou psicoterapia de modo a diferenciá-lo do aconselhamento pastoral podem ser vistos no Gráfico 3. Observa-se que 14% das respostas obtidas, caracteriza o Aconselhamento Psicológico como respeitando as possibilidades da pessoa; outras 14% consideram de maior profundidade se comparado ao exercício pastoral. E, 29% das respostas o foco está na pessoa/mundo. Por fim, quase a metade das respostas (43%), caracterizou o aconselhamento Psicológico pela capacidade de levar as pessoas a um processo de reflexão.

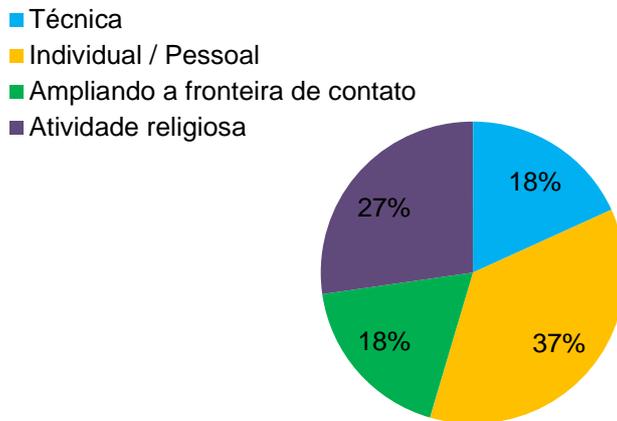
Gráfico 3 – Aconselhamento Psicológico/Psicoterapia



Fonte: Própria

Outra questão abordada com os participantes diz respeito às possíveis contribuições da psicologia para o Ministério Pastoral. Nesse aspecto, para 83% dos colaboradores, a psicologia somente contribuiu para o exercício do ministério. Para a minoria (17%) não há menção de prejuízo, mas considera que em algumas coisas a psicologia não contribuiu. Ainda sobre as contribuições, conforme o Gráfico 4, os dados mostram que 37% das respostas enfatizam que a contribuição foi individual/pessoal. Para 27% as contribuições se fizeram na atividade religiosa. Outros 18% perceberam-na na técnica da prática pastoral. E, por fim, os 18% restantes afirmaram que a psicologia contribuiu para a ampliação da visão de mundo.

Gráfico 4 – A psicologia contribuiu com o ministério? De que modo?



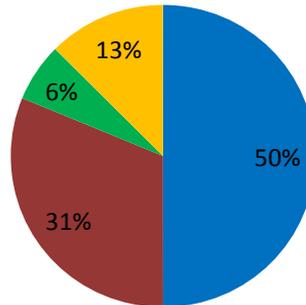
Fonte: Própria

Com relação à prática comum ao Ministério Pastoral, quatro do total de entrevistados (67%), informaram que a psicologia não os afastou desse mister. Por outro lado, os dois pastores (33%) que se posicionaram contrariamente, argumentaram no sentido de que houve uma diminuição da frequência da prática da oração, do envolvimento com as estruturas da igreja e dos bastidores da vida pastoral, com o afastamento de alguns dogmas e da simplicidade da vida cristã.

Outro ponto contemplado nas entrevistas foi quanto à postura do psicólogo frente à sua religiosidade e a religiosidade do seu cliente no *setting* terapêutico. Conforme pode ser visto no Gráfico 5, a atitude mais mencionada pelos entrevistados em relação a esse aspecto foi a compreensão empática (50%). É interessante observar que 31% das respostas dizem respeito à redução fenomenológica na postura terapêutica. Apenas um entrevistado mencionou a necessidade de saber discriminar entre a religiosidade saudável e religiosidade patológica (6%), e os demais (13%) apresentaram respostas variadas.

Gráfico 5 – A postura do psicólogo frente à sua religiosidade e a religiosidade do seu cliente no *setting* terapêutico.

- Compreensão empática
- Redução fenomenológica
- saber discriminar entre religiosidade saudável e patológica
- Outros

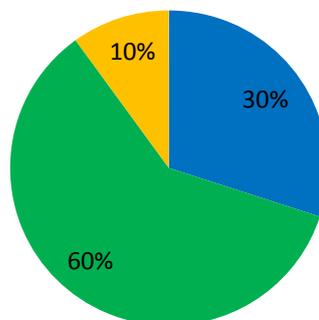


Fonte: Própria

Outra importante questão abordada sobre o que os pastores fazem para conciliar a psicologia e a atividade religiosa. Os dados do Gráfico 6, mostram que a maioria deles (60%) tratam desta questão pela via da ética. Para outros 30% a conciliação é parte das habilidades do psicólogo. E ainda um dos colaboradores (10%) disse não ter conseguido conciliar as duas atividades.

Gráfico 6 – Como conciliar psicologia e atividade religiosa?

- Habilidades do psicólogo
- Ética profissional
- Não conseguiu



Fonte: Própria

Por fim, o último ponto abordado foi se em algum momento houve conflito interno quanto a função pastoral e a psicológica, e como isso foi resolvido. Para a maioria dos entrevistados (67%), o conflito entre as duas funções existiu, enquanto que a minoria (33%) afirmou não terem se defrontado com essa situação.

4.2.2 Análise Descritiva Qualitativa

4.2.2.1 A busca da formação em psicologia

Para a questão sobre os motivos que levaram os pastores à buscarem uma formação no campo da psicologia, surgiram especificamente três justificativas: 1) maior capacitação, 2) conhecer melhor as pessoas e 3) aspiração pessoal. Quase todos os entrevistados mencionaram a necessidade de maior capacitação no exercício do Ministério Pastoral.

Em termos do conteúdo “maior capacitação”, foram destacados fragmentos de frases de quatro colaboradores. No caso do PP1, o argumento central se deu no sentido que “[...] algumas situações com as quais eu me defrontava não eram tanto da questão religiosa [...] mas emocional, psicológica [...]”. Percebe-se na frase a clara distinção entre questões de ordem espiritual e questões de ordem emocional, psicológica.

O entendimento que nem todos os conflitos vivenciados pelos fiéis são respondidos à luz da religião também se encontra em fragmentos de frases do PP5, ao argumentar que “[...] como pastor a gente se depara, nesse cuidado com o ser humano, com muitos temas que não são necessariamente do âmbito religioso, pastoral [...]”. Observa-se, portanto, que sua fala reforça a ideia que há temas relacionados à vida humana que não são de natureza religiosa.

Uma observação que se faz junto ao argumento dos sofrimentos dos fiéis que ultrapassam a natureza religiosa é a constatação de que a formação teológica, exigida como requisito básico para o exercício pastoral, não conferiu condições substanciais para o formado lidar com a complexidade do ser humano. Sobre esse ponto, o PP1 diz que se sentiu “[...] despreparado pra fazer frente, porque no curso de teologia eu me senti preparado para dar respostas espirituais às questões espirituais [...]”. Semelhantemente, o PP5 alegou que a formação em teologia é completa “[...] no sentido de oferecer ao pastor informações acerca do

desenvolvimento de uma fé e do desenvolvimento de relacionamento com Deus e o que diz respeito a escolher ter esse relacionamento e no que concerne a como sustentar esse relacionamento”. Ele entende que a teologia o preparou para lidar com as questões relacionadas ao desenvolvimento da vida religiosa. No que concerne à pessoa e suas questões existenciais, ele diz que “[...] como pastor, a gente acaba se sentindo um pouco ineficiente em atender essa pessoa da maneira mais plena [...]”. Ele conclui verbalizando que

[...] quando sendo pastor eu pensei em fazer psicologia foi no sentido de me sentir melhor preparado pra poder atender melhor essas pessoas que vinham a mim como pastor, mas ao buscar o pastor não queriam apenas a orientação espiritual. Queriam, também, outras orientações, outras sugestões de como cuidarem da situação que estavam experimentando.

Observa-se, pois, que estar diante desta realidade foi preponderante para que estes pastores decidissem buscar a formação específica em psicologia.

Nos fragmentos de frases do PP2, também foi encontrada a necessidade de maior capacitação entre as razões que justificaram a busca pela formação como psicólogo: “[...] eu entendi que a psicologia, tanto iria me dar uma capacitação maior para o aconselhamento pastoral, como ia me dar direcionamento para pregar [...]”. Sua explicação sobre essa afirmativa destacou o fato de que, se pudesse compreender a forma como as pessoas viviam, seus sofrimentos e suas necessidades no cotidiano, poderia direcionar seus estudos e suas mensagens balizadas por essas situações, de forma a alcançar seus corações.

No entendimento da busca por maior capacitação ministerial, foram encontrados fragmentos de frases do PP6, considerando que este foi o motivo primeiro para a busca pela formação psicológica, que tinha a “[...] perspectiva de enriquecer, apoiar, fortalecer a minha atuação como pastor [...] originalmente, a ideia era exclusivamente de apoio ao ministério pastoral [...]”.

Já o PP3, justificou a busca pela necessidade de conhecer melhor as pessoas “[...] eu optei por fazer psicologia por isso, por uma questão de conhecer melhor as pessoas e ter um relacionamento assim, com essas pessoas, mais aprofundado e, conhecer o comportamento melhor das pessoas”.

Um dado interessante que difere da verbalização dos outros entrevistados por não ter foco no Ministério Pastoral é o citado pelo PP4, para quem a busca foi por aspiração pessoal, e ela se deu antes mesmo do encontro com a conversão, o que

fez com que a concretização desse elemento vocacional acontecesse em meio a sua atuação pastoral. Ele argumentou que “[...] pensava em fazer psicologia antes de ser pastor [...] Eu escolhi psicologia por uma questão, se é que eu posso colocar essa palavra, por aspiração mesmo, por uma questão vocacional [...]”. Em outro fragmento, fortalecendo sua ideia de aspiração pelo campo psicológico, ele fala de “[...] completude pessoal, desejo e ganho material [...]”. Também considera que o saber psicológico tem um elemento intelectualizante que possibilita ter acesso ao mundo das ciências, sendo este saber diferente do saber dogmático presente no mundo religioso, sem caráter científico.

4.2.2.2 Diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia

Para a questão que tratou sobre as diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia surgiram aspectos marcantes no relato dos entrevistados. O Aconselhamento Pastoral foi caracterizado com o objetivo de dar diretrizes, ou direcionar a vida dos fiéis. Direcionar parece mesmo uma atribuição do pastor presente nos aconselhamentos ministrados aos fiéis.

O PP1 afirmou que “[...] é mais superficial, no sentido em que lida mais com o pensamento, com a orientação, com a direção [...]”. Em outro fragmento, mais enfático disse: “O aconselhamento pastoral é mais diretivo”.

Já o PP2 argumentou que o aconselhamento pastoral atua nas “[...] pequenas correções, pequenas direções [...]”, considerando que o mesmo intervém sobre situações mais simples, sendo os casos mais complexos pertencentes ao campo da psicoterapia. Ele exemplifica dizendo que quando as pessoas o procuram para o aconselhamento, e no contato com os mesmos, percebe a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre a questão vivenciada, ele recomenda a busca por um terapeuta.

O PP3 também considera a função da direção, acrescentando que “[...] ele tem um viés, assim, mais moral né, dentro do ponto de vista bíblico”, o que foi corroborado pelo PP4 que considera o aspecto do direcionamento profundamente implicado com a eclesiologia e, neste sentido diz que o aconselhamento pastoral é muito diretivo porque o pastor está totalmente implicado. Segundo ele,

Por mais imparcial que ele seja, ele impõem as suas condições. Ele tem uma linha, que se ele for no outro pastor que vai aconselhar, o outro pastor vai colocar outras condições pra ele, porque está implicado a eclesiologia. Está implicado a igreja, né? Está implicado o costume da igreja. Está implicado as formas da igreja. Então, nesta igreja pode, naquela não pode. Então, o aconselhamento fica meio que dependendo de uma direção [...].

Complementando, afirma que, “[...] o cara que procura o pastor, ele está procurando um modelo no pastor; Implica a moralidade do pastor, as consequências do pastor, as condições do pastor. Este pastor tem que ser meio que um ideal plausível, palpável”. Por fim, disse que há um terceiro elemento no aconselhamento cristão que é Deus.

O PP5 também entende o aspecto orientador do aconselhamento. Disse que antes da psicologia, quando uma pessoa o procurava para um aconselhamento “[...] ela vinha apresentava um relato, eu começava a falar, dava uma orientação e acabava a conversa”. Esse argumento foi também utilizado pelo PP6 que reconhece a mesma ideia, o que pode ser visto no seguinte fragmento: “O aconselhamento pastoral ele é muito diretivo, ele está mais atrelado a uma perspectiva de orientação [...]”.

Além da reconhecida característica do direcionamento, outro componente importante e inerente do aconselhamento pastoral é o elemento religioso. Além da citação do PP4 quanto ao “terceiro elemento” que é Deus, outros fragmentos de frases fortalecem a ideia do elemento religioso no aconselhamento pastoral, como a fé, a Bíblia, a oração, o ambiente religioso e a base cristã.

O PP3 enfatiza que as orientações dadas aos fieis são orientações bíblicas, também chamadas por ele de orientações espirituais. O mesmo destaque foi dado pelo PP4 ao afirmar que se trata do “[...] elemento fé, o elemento moral, o elemento conceitual daquilo que está em voga naquele momento”. Essa opinião foi também corroborada pelo PP6 ao dizer que “Tem-se a preocupação de um embasamento cristão, de um direcionamento cristão [...]”. Uma situação peculiar foi relatada pelo PP5 para quem antes de fazer psicologia o atendimento pastoral era marcado por um procedimento que ele exemplifica: “[...] se antes a pessoa chegava até mim apresentava um relato, imediatamente a minha tendência era abrir a bíblia, ler um verso motivador que tivesse relacionado com o assunto que me foi apresentado, fazia uma oração e despedir a pessoa”.

Ainda em relação às diferenças pesquisadas o PP4 relatou que “No aconselhamento cristão se ora [...]”, confirmando uma marca que diferencia esta prática do fazer psicoterápico, marca essa também identificada pelo PP6 para quem o aconselhamento pastoral se dá dentro de um ambiente religioso. O aconselhamento cristão para o cristão ratifica algumas falas no sentido de que quem busca o aconselhamento do pastor, valoriza não somente o conselho em si, como também o conselheiro.

Outro aspecto profundamente marcante que surgiu na fala dos participantes diz respeito às delimitações dogmáticas presentes no aconselhamento pastoral. Essas delimitações se dão exatamente porque esse tipo de aconselhamento está inserido dentro de um contexto religioso carregado de padrões e procedimentos ditados pelas ‘normas’ bíblicas como procederes para as pessoas. Assim, para o PP4, em função do “elemento Deus” presente no aconselhamento, “[...] você tem um limite de linha”. Além disso, afirmou que “No aconselhamento cristão eu sou altamente parcial. Eu me envolvo”. Pela transcrição da entrevista percebe-se que essa parcialidade se dá pelo papel de aplicar o seu entendimento quanto aos princípios bíblicos que são importantes para a relação com a fé comum aos atores envolvidos. O entrevistado afirmou ainda que uma das implicações do aconselhamento pastoral é a figura do conselheiro “[...] o terapeuta-pastor que está ali, ele tem muito mais peso implicado naquela relação do aconselhamento do que um psicoterapeuta”.

Já a psicoterapia foi caracterizada por considerar as possibilidades da pessoa. Esta alusão contrapõe fortemente a ideia anterior de uma intervenção que tem os seus limites fortemente demarcados pelos aspectos religiosos. Ao considerar as possibilidades do sujeito, a ênfase recai sobre o seu existir de modo pleno. O PP4 diz que a psicoterapia “[...] não tem o terceiro viés. É extremamente humanista, existencial.” Sua ideia corrobora para o entendimento de que o processo terapêutico está totalmente focado na pessoa. Ela é o seu próprio limite. A moral não é a moral bíblica, muito menos a do terapeuta, mas sim, da pessoa em terapia. Ainda segundo esse participante, “[...] a questão moral é a partir da moralidade dele [...] se a pessoa não quiser seguir o conceito moral, como no aconselhamento cristão, ele não tem que necessariamente seguir, e não sou eu, o psicoterapeuta, que vou colocar isso dentro dele [...]”.

Segundo o PP6, “[...] a psicoterapia é ajuda ao sujeito, à sua realidade, ao seu contexto, às suas crises, seus dilemas [...]”. A psicoterapia também foi caracterizada como um processo mais profundo, segundo o PP1, “[...] no sentido que ela lida mais com o sentimento, com as emoções, com os padrões de pensamento.” A ideia de profundidade também é oposta à ideia de superficialidade atribuída à função pastoral. Pensar em profundidade no processo psicoterapêutico é pensar em questões que estão presentes na vida da pessoa e que são promotoras de sofrimento.

Em outra dimensão, segundo o PP2, “A terapia tem a ver com os desajustes que realmente estragam a vida e o comportamento das pessoas”, pois é no processo psicoterapêutico que se tem a possibilidade de trabalhar atitudes que debilitam a saúde emocional. O pastor conclui o seu raciocínio considerando que quando está aconselhando alguém da comunidade e “[...] detecta que a pessoa precisa de algo mais consistente, que o agente causador da problemática é algo mais sério, então, o aconselhamento em si já não resolve”.

Outro aspecto importante é a relação da pessoa com o mundo. É a valorização do sujeito que busca em si mesmo respostas para os seus dilemas existenciais. Nesse sentido o PP4 diz que “A pessoa está ali, ela com ela mesmo e a gente é instrumentalizado ali naquela questão”. O seu modo de ser e estar no mundo numa relação saudável com o outro, porém, sem onerar a si mesmo. Isso porque no processo terapêutico a pessoa readquire o direito de exercer a sua autonomia, o direito de ser livre, ou seja, compreender melhor a si mesmo e seus padrões. Nos fragmentos de frases do PP5 pode-se ver que o seu processo de escuta com os fiéis sofreu profundas mudanças, conforme a inscrição a seguir:

Agora não, com o recurso da psicologia a pessoa vem, expõe o seu assunto e eu não dou uma resposta imediata e nem pronta pra ela, eu exploro mais a informação que a pessoa vem me trazendo e não só no sentido de querer ser informado sobre o que está acontecendo com ela, mas no sentido de fazer a pessoa refletir.

Nesse comentário é importante ressaltar que o propósito de promover a reflexão é exatamente o caminho que se opõe ao aspecto diretivo. O processo psicoterapêutico é não-diretivo, de acordo o relato do PP1 e do PP6 . Assim, não é o terapeuta que deve direcionar o cliente, mas sim o cliente que encontra o seu próprio caminho, mesmo que para isso ele precise do acolhimento terapêutico.

4.2.2.3 Contribuições da Psicologia para o Ministério Pastoral

Para a questão das possíveis contribuições da psicologia ao Ministério Pastoral, ficou muito evidente marcadamente notável o entendimento de que o conhecimento psicológico foi de suma importância. Entretanto, o PP6, também fez menção a aspectos que não contribuíram: “[...] para o ministério pastoral em si, para a visão de Deus, no meu caso, não contribuiu”. Neste caso específico trata-se de uma observação feita do ponto de vista do pastor com relação às suas práticas pastorais e suas crenças, para quem tanto uma quanto a outra sofreram fortes impactos a partir do encontro com o campo da psicologia. Seus dogmas foram questionados, especialmente a sua visão de Deus, que segundo ele, tornou-se mais humanizado. Em seu relato, tem-se: “Ele se tornou um Deus do sujeito, bem ‘decarteano’ assim. Não é mais o Deus teocêntrico, que tá lá em cima, sobre mim, e eu devo tudo a ele. Não, mas é um Deus à minha imagem e semelhança. Infelizmente!”

Em outra dimensão, as contribuições se deram no campo pessoal com o acesso ao novo conhecimento, conforme relato do PP1 ao afirmar que o conhecimento adquirido na academia, e também na prática clínica, o ajudou a si conhecer melhor: “[...] isso já ajuda, mas você vai também conhecendo melhor o ser humano”.

Articulado no mesmo entendimento, o PP6 diz que o conhecimento em psicologia contribuiu para ele ser quem é, e também a ter “[...] uma autopercepção mais apropriada [...]”. E, num fragmento de frase sobre as razões da busca pela psicologia, o PP4 menciona a “[...] ideia de completude pessoal [...]”, afirmando ainda que a psicologia lhe conferiu uma contribuição existencial.

Além do campo pessoal, também houve menção de contribuições na técnica da prática pastoral, como a melhoria na qualidade da escuta e na mediação de conflitos. Para o PP3 a psicologia lhe propiciou algumas ferramentas que ele utiliza na igreja, especialmente, no aconselhamento pastoral.

No que tange à mediação de conflitos, o PP4 diz que a pessoa “[...] que tem psicologia consegue lidar muito mais fácil nas relações de conflito, nas relações de perspectiva do outro, da diversidade que tem a igreja”.

Outro fator mencionado foi o ganho na atividade religiosa, como nas visitas às pessoas hospitalizadas, no preparo de sermões e no conhecimento teológico que pode ser potencializado, conforme exemplifica o PP6 ao afirmar que “[...] o meu conhecimento teológico ele ficou, com a psicologia, mais valioso, mais potencializado [...]”. Quanto ao preparo de sermões, o PP2 fala que uma das expectativas que tinha com a busca pela psicologia era exatamente o “[...] direcionamento para pregar mensagens que iam alcançar o coração das pessoas, pelo entendimento da forma como as pessoas viviam e as necessidades que tinham”. Já o PP4 disse que o seu discurso tornou mais realista, menos romantizado. Segundo ele, “[...] o discurso se tornou realidade”. No entanto, isso também lhe trouxe algumas dificuldades, na medida em que se esforçou para que em suas reflexões bíblicas as pessoas pudessem ver Deus na solução das suas questões e não transferissem o problema “[...] pra Deus e ficar tranquilo como se nada estivesse acontecendo e disfarçando”.

Em outro momento, o PP5 relatou que o conteúdo das suas pregações deixou de ser “[...] dar sermão [...]” e tornou-se mais instrutivo, procurando compreender a realidade das pessoas e a partir desta compreensão estabelecer um foco “[...] nas condições que precisam ser melhoradas e valorizar aquelas condições que precisam ser mantidas”. Assim, em suas pregações, os problemas humanos passaram a ser vistos com mais cuidado, mais respeito. Segundo ele, “[...] as questões espirituais continuam tendo preponderância nas mensagens bíblicas, contudo a intenção das mensagens passou a ser mais no aspecto relacional do que no aspecto servicial [...]”. Dessa forma percebe-se que o conhecimento psicológico pode influenciar o discurso religioso no sentido que o foco das pregações passa a ser mais o homem e seus conflitos do que as questões relativas ao sagrado que são transcendentais, portanto de outra ordem.

Outra contribuição percebida nos relatos foi na ampliação da visão de mundo. O PP2 argumentou que com a psicologia ele passou a ver o humano e seus problemas de maneira diferenciada, podendo, inclusive, dar contribuições mais pontuais sobre seus dilemas. Nessa mesma direção está a fala do PP3: “[...] porque eu entendi melhor o ser humano na sua inteireza”. Disse também que se tornou mais flexível tanto na questão do comportamento quanto nos paradigmas morais, enfatizando que entende melhor as relações e o comportamento de modo geral. Logo, percebe-se

que uma melhor compreensão do ser humano foi acentuada a partir do encontro com as ciências psicológicas.

O PP4 falou de ganhos nas relações interpessoais. Mais enfático sobre o tema, o PP6 relatou que “[...] a psicologia me ajudou a ser menos armado, menos exigente, menos seletivo, menos exclusivo e, ao contrário, ser mais acolhedor, mais pacificador, mais assertivo, propriamente dito [...] eu sou mais inclusivo [...]”.

Já o PP5 diz que passou a ter um diálogo com a pessoa que o procurava para aconselhamento, desprezando o seu procedimento anterior, que ele nomeou de monólogo, onde a pessoa vinha, relatava a sua questão, ele lia um texto bíblico motivador, orava pela pessoa e depois a despedia. Afirmou, também que deixou de julgar as pessoas e passou a acolhê-las. Esse acolhimento sem julgamentos foi uma prática citada também pelo PP6, que disse ser este um modo de lidar com as pessoas que já exercia no exercício pastoral, mas com a psicologia foi ainda mais aprofundado: “Eu não tenho a compreensão pastoral como alguém que define o que a pessoa é e faz, por hipótese alguma, e sim, o acolhimento à pessoa do jeito que a pessoa está”. O entrevistado destacou ainda o aspecto da inclusão, falando de uma compreensão do ser humano mais amena, “[...] uma perspectiva baseada na aceitação [...]” que deveria ser inerente ao cristianismo. Porém considera que:

[...] o ambiente cristão tantas vezes saturado nos impede de ver mais essa necessidade em si das pessoas, de acolhimento, de cuidado, de mera aceitação. Parece haver o filtro que exige que a pessoa esteja num determinado estágio e realidade pra ser aceita. A psicologia me ajudou a olhar para o que é bom no cristianismo de maneira mais razoável.

Esse modo de ver e ater-se ao humano, de construir novas possibilidades de relação, também são ganhos para o pastor decorrentes do encontro com o campo psicológico.

4.2.2.4 Prática da Psicologia versus Ministério Pastoral

Sobre a questão levantada se houve afastamento de alguma prática comum ao Ministério Pastoral à partir da psicologia, fragmentos de respostas foram encontrados fazendo apontamentos em direções distintas.

O PP1 disse que não houve um afastamento, mas sim, um refinamento. Segundo ele, esse refinamento se deu especialmente em três aspectos: sua prática de

aconselhamento pastoral tornou-se menos diretiva; considera que tornou-se menos manipulativo nas pregações, e passou a aceitar melhor as demandas dos fiéis que não diziam respeito à religião. A seguir, foram transcritos alguns trechos de entrevistas que falam por si sós:

Em sermões, em apelos, eu percebo hoje que muitas vezes eu explorava o sentimento de culpa do ouvinte, de um modo que nem sempre era saudável. Aí, a partir do instante que eu estudei a psicologia e conheci melhor as pessoas e o poder que um pregador pode ter, de manipular emocionalmente os seus ouvintes, eu passei a utilizar menos esse caminho do explorar esse sentimento de culpa de meu ouvinte.

Com relação à mudança na prática dos encaminhamentos, antes de se tornar psicólogo, tem-se:

[...] eu tinha algumas dificuldades com problemas que não eram propriamente religiosos. Prá onde levar essa pessoa? Então, a partir do instante que eu tive acesso à informação, eu já podia receber uma pessoa em meu gabinete pastoral, por exemplo, e dizer “olha, isso é caso para um psicólogo, isso é caso para um psiquiatra”. Então, ao mesmo tempo em que eu dava a cobertura do lado espiritual, mas eu podia fazer também uma coisa muito importante que era o encaminhamento correto no lado psicológico e no lado físico (PP1).

O PP1 ainda considera que quando um pastor não tem essa informação pode tentar resolver as questões de suas ovelhas pelo lado espiritual e não fará um bom trabalho. Esse modo de pensar foi igualmente partilhado pelo PP2 e PP3 que também fazem uso da prática de recomendar o tratamento terapêutico aos membros da congregação quando percebem uma demanda específica que merece a atenção de um profissional.

[...] a gente deve indicar, sim, as pessoas que precisam de acompanhamento psicológico, aqueles que têm problemas estruturais precisam se encaminhados a um psiquiatra. Eu não vejo dificuldade. Não acho que isso é negar a fé, não acho que isso é questão espiritual. Não penso que isso é questão diabólica, nada disso. Eu acho que quando você tem uma visão real da situação, você consegue ver diferenciadamente o que é problema físico, o que é problema psíquico, o que é problema emocional e por aí vai, espiritual, e por aí vai (PP3).

Em outra vertente, o PP4 relatou que houve afastamento da prática da oração, da simplicidade da vida religiosa e dos dogmas. Na mesma temática, porém, focado em fatos diferentes, o PP6 verbalizou o seu afastamento do enrijecimento estrutural relativo ao ambiente religioso, na medida em que: “[...] os bastidores da vida pastoral tendem fazer com que a gente se apegue à coisas que eu abro mão hoje; tendem a fazer com que a gente dê valor a algo da estrutura, exemplificando, que a psicologia me ajudou a deixar isso de lado”.

4.2.2.5 A Presença da Religiosidade no *Setting* Terapêutico

Sobre a questão levantada quanto a postura do psicólogo frente a sua religiosidade e a religiosidade do seu cliente, fragmentos de respostas indicaram as seguintes atitudes: compreensão empática, saber discriminar entre religiosidade saudável e patológica, redução fenomenológica e outras.

A compreensão empática foi encontrada na fala do PP1 que considera a religiosidade do seu cliente um aspecto muito importante da sua vida e, portanto, precisa ser respeitada. Ele se reportou à necessidade de respeito na existência de coincidências e diferenças religiosas.

Às vezes, a religiosidade do meu paciente tem pontos de coincidência com a minha religiosidade e isso possibilita uma troca de ideias, de conceitos que eu acredito ser muito produtivo. Às vezes, não. Às vezes eu tenho um paciente que não acredita na existência de Deus, ou às vezes eu tenho um paciente que tem uma orientação religiosa muito diferente da minha, nesse caso, eu preciso respeitar essa diferença, entender que ali no consultório a figura não é o terapeuta, não é a minha religiosidade que está em questão ali, é a religiosidade do meu paciente, e tentar, então, ajudá-lo a trabalhar essas questões com o máximo de neutralidade possível.

Ele ainda considera que na impossibilidade de transpor essa diferença, o melhor caminho seria encaminhar o atendimento para outro profissional, o que foi ratificado pelo PP3 ao falar de respeito citando, inclusive, o código de ética do profissional psicólogo, tendo enfatizado: “Não tem como não respeitar a, a postura religiosa do paciente”.

Caminhar com o cliente é a postura do PP5, ao afirmar: “[...] eu caminho dentro do tema a partir da perspectiva da pessoa [...]”, o que é condizente com a fala do PP6 ao dizer: “[...]o que eu tenho buscado fazer conscientemente é [...] estar aberto a ouvir da religiosidade de quem me procura com aceitação mais plena possível”. Ainda segundo ele,

[...] quando eu percebi que uma pessoa pudesse falar da sua religiosidade, por exemplo, não-cristã, anti-cristã, não-religiosidade ou sequer falar sobre isso num ambiente em que a psicoterapia está em desenvolvimento, eu nunca me senti interpelado a dirigir [...] nessa direção. Eu sempre deixei transcorrer normalmente.

Em posição intermediária, o PP4 disse: “[...] eu compreendo a posição da religiosidade do meu cliente”, ou seja, fala de uma compreensão, porém, segundo o seu entendimento, há ressalvas, uma vez que existem religiosidades que são patológicas, especialmente, presentes nos fundamentalistas que são adoecidos por

elas. Ele considera que é preciso, então, saber discriminar entre religiosidade saudável e patológica.

Outra atitude encontrada nos relatos diz respeito à redução fenomenológica, conforme o PP1 que fala de neutralidade considerando que o que está em foco na terapia naquele momento não são as suas questões, mas sim, as questões do cliente. O cliente é a figura. Assim “[...] seria ingênuo se dissesse que eu estou num ambiente desprovido de religiosidade [...]” (PP6). Ele reconhece que está presente, junto com o seu cliente, com toda a sua história de vida presente na atuação, acolhendo e intervindo, entretanto, alegou que o que tem “[...] buscado fazer conscientemente é não misturar as sintonias”.

Por outro lado, o PP4 falou em suspensão e que a sua religiosidade é colocada de lado, não interessando as suas crenças. Revelou-se profundamente conectado nos relatos fruto das crenças do seu cliente, conforme transcrição a seguir: “Eu suspendo e, na hora que eu suspendo, eu vejo um monte de coisas que estão por baixo. Porque se eu não suspender e colocar as minhas questões ali, eu fico cego”.

O PP5 também se referiu à suspensão, conforme se pode ver na sua fala *ipsis literis*:

[...] eu busco, dentro da, da, das possibilidades que alguém pode fazer isso, colocar em prática aquela recomendação fenomenológica de suspender as minhas convicções quando o momento pertence a pessoa que eu atendo. Então, embora, enfim, eu continue tendo a minha crença, continue tendo os meus valores no momento do atendimento, eu entendo que naquele momento o que está em evidencia não é o que eu creio, ou penso, mas a necessidade da pessoa que está diante de mim, e faço do momento do atendimento o momento da pessoa. Se, em alguma situação a pessoa traz a questão da religiosidade, então eu caminho dentro do tema a partir da perspectiva da pessoa, do que ela pensa, do que ela crer, dos benefícios que ela tem, que ela não tem na experiência religiosa dela.

Assim, foi possível perceber que a redução fenomenológica é uma atitude que excede às questões religiosas, e se aplica a toda e qualquer convicção ou juízo de valor do terapeuta e que se não for exercida pode obstruir o processo terapêutico do cliente.

É interesse também observar outro recorte do PP6 que disse deixar o processo terapêutico transcorrer normalmente: “Eu não me sinto na necessidade de falar de algo que envolva Deus nesse ambiente, por hipótese alguma. Então eu tenho sido o mais consciente possível que o ambiente seja arreligioso mesmo, mesmo que a pessoa saiba que eu sou pastor”. No entanto, segundo ele, querendo a pessoa falar

sobre o assunto, sabendo ou não que ele é pastor, permite que o assunto adentre o *setting* por se tratar de uma necessidade do cliente.

4.2.2.6 Psicologia e Atividade Religiosa

Sobre o aspecto da possibilidade ou não de se conciliar psicologia e atividade religiosa, os trechos das entrevistas indicam que isso pode se dar por meio das habilidades do psicólogo e da ética profissional. Porém há relatos em que a conciliação não foi possível.

No que se refere às habilidades do psicólogo, o PP1 fez essa conciliação usando a ideia do casamento no qual existem diferenças, mas onde as contribuições e concordâncias são maiores que as dissonâncias. O pastor fala que “[...] é fundamental você saber qual é o seu papel naquele determinado momento”. Considera que na igreja ele é pastor e na clínica ele é psicólogo.

O PP5 falou que trabalha uma relação saudável entre religião e ciência. Segundo ele, “[...] pastor e psicólogo, pra mim, não entram em conflito porque eu parto do pressuposto de que são dois domínios, religião e ciência, ou duas praticas, pastor e psicólogo, que podem estar atuando em harmonia e que não são antagônicos [...]”.

Para o PP2, as duas atividades andam de mãos dadas sem a necessidade de esforço para tal conciliação. Ele vê na pessoa de Jesus atribuições de um psicólogo. O PP5 também fala da necessidade de distinguir qual o papel vivenciado e, quando vai para a clínica, ele põe em evidência os seus conhecimentos psicológicos. Além de harmonia nas distintas atuações, outra habilidade citada foi mencionada anteriormente, que é a suspensão. Entretanto, neste caso, referindo-se ao papel que não está em voga.

Outro modo de conciliar as duas práticas diz da questão Ética profissional. Segundo o PP3, o cliente se apresenta com uma demanda que às vezes tem intimas ligações com a sua religiosidade e, a postura ética do profissional é fundamental para que o mesmo proceda de acordo com as suas atribuições. Afirmou ainda que como psicólogo é contratado, remunerado, para atuar a partir dos seus conhecimentos psicológicos. Sendo assim, segundo o participante, no mínimo, o profissional precisa ter uma postura ética.

Na transcrição das entrevistas foi encontrada também a impossibilidade de harmonização entre as duas práticas. O PP4 disse que tentou, porém não conseguiu. Para ele ser líder religioso acaba por se tornar o objeto de desejo e de todas as projeções que o povo tem e na psicologia, cada um é responsabilizado pelos seus atos, o que difere da religião: “[...] eu não suportei isso [...] na verdade quando eu deixei a religião no sentido de estar à frente, de trabalhar o trabalho religioso, meio que eu deixei um fardo de lado”.

4.2.2.7 Função Pastoral e Exercício da Psicologia

Sobre os conflitos internos que surgiram quanto a função pastoral e a psicológica, foram encontrados fragmentos de respostas indicando particularidades no modo como cada um trabalhou esta importante questão.

O PP1, por exemplo, disse que quando os seus valores e crenças foram questionados ele recorreu à oração e, uma em especial, considerou marcante e emocionante e, por isso se lembrava dela com clareza:

Deus, eu estou revendo uma série de coisas, e isso me traz medo, porque nesta série de coisas que eu estou revendo eu corro o risco de te ofender, mas eu preciso questionar, mesmo correndo o risco de errar e de te ofender; mas eu preciso questionar, eu preciso descobrir a verdade. Agora de uma série de coisas eu posso ter dúvidas, mas de uma coisa eu não tenho dúvidas: eu amo o Senhor e o Senhor sabe disso! O Senhor sabe que eu amo o Senhor.

Disse em meio a muitos questionamentos “[...] essa coluna ficou em pé [...]”, constituindo-se num centro sólido de sua vida. Revelou que os seus conflitos se deram mais no início dos estudos e da prática da psicologia. Revelou ter sido desconfortável viver o conflito, mas que ele foi necessário para a permanência de valores melhores. Concluiu dizendo que aquilo que não permanece de pé depois dos questionamentos é porque não era tão bom “[...] e a gente vai viver melhor sem eles”.

A estratégia do PP5 difere consideravelmente da anterior. Segundo ele, religião e ciência têm posicionamentos às vezes distintos e conflitantes. Assim, nos conflitos que envolvem a sua fé e a psicologia, de antemão ele faz da teologia a sua principal referência. Porém, acrescentou que tanto a psicologia quanto a teologia estão focados em “[...] proporcionar o bem estar do ser humano”. Com isso a sua opção é sempre neste foco, priorizando o bem estar da pessoa. Em síntese, afirmou:

[...] eu não atuo em defesa de religião ou em defesa da psicologia, eu atuo em defesa do bem estar do ser humano. E, o que há de melhor na religião e o que há de melhor na psicologia aí eu procuro usar para que esse ser humano possa se sentir bem. O caminho é por aí.

O PP6 discorreu sobre o seu conflito com relação ao trabalho pastoral, a lida diária do fazer do pastor. A crise surgiu exatamente porque a psicologia, que inicialmente foi buscada como instrumento de apoio pastoral, ganhou um status diferente com a prática clínica. O envolvimento com a prática do fazer psicológico despertou uma vocação que precisou de uma reconfiguração. Disse que “[...] chegou um momento que atuar como psicólogo se tornou tão importante quanto o meu fazer pastoral [...]”. A solução encontrada foi uma mudança na configuração do trabalho na igreja, que até então era de ministério de tempo integral, dedicação exclusiva, e passou para ministério de tempo parcial. Com isso, ele ganhou mais tempo para o labor clínico. Ainda assim, segundo o pastor, nos últimos dois anos esse conflito o tem levado a questionar sobre a sua atuação pastoral na igreja ao mesmo tempo em que vê o seu fazer clínico como uma ampliação da sua vocação pastoral.

[...] num ambiente clínico [...] eu estou ajudando pessoas, acolhendo pessoas, ajudando pessoas em suas crises, em seus dilemas, em momentos críticos, então eu me vejo com a vocação absolutamente colocada. Portanto, eu até acho isso não uma derivação da minha vocação, mas uma até ampliação da minha vocação.

Ainda segundo o entrevistado, neste momento o conflito não foi resolvido, porém pode acontecer uma migração da atividade eclesial para a exclusividade clínica: “[...] eu estou numa igreja que eu tenho profundo afeto, mas pode acontecer de que em algum momento eu opte por exclusividade em psicologia. Pode ser que isso aconteça. Eu estou ponderando”.

O que se percebe aqui é um conflito que, num primeiro momento, foi solucionado mudando a configuração do tempo dado à igreja, unindo as ‘vocações’ em duas jornadas paralelas, mas que nesse momento, a ideia de migração da igreja para a clínica torna-se cada vez mais real, até mesmo pelo entendimento ampliado que a questão vocacional despertou no pastor enquanto psicólogo.

Por fim, o PP4 falou de um conflito interno que está muito vivo na questão pastoral e que ainda está resolvendo. A solução encontrada foi abrir mão do ministério, porém ele ainda está resolvendo, porque segundo sua opinião, “[...] quem abandona hoje o ministério tem que entender o preço desse abandono”. Diz que não se vê mais como o pastor nas configurações eclesiais conhecidas, porém mantém a

ideia da poimênica, por ele entendida “[...] como o cuidado de gente, não o cuidado do sistema religioso, não o cuidado de nomenclaturas, de títulos, nada disso”. Sobre a ideia do cuidado com o ser humano ele se vê na função pastoral. Um pastoreio sem religião, sem dogmas, ou seja, uma ação fenomenológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora pastor evangélico, com formação teológica, esta pesquisa nasce da necessidade de investigação de procederes entre os dois campos de atuação: pastoral e psicológico. Existem aproximações e afastamentos nos dois modos de ver e ater-se ao ser humano. As práticas se atravessam e ajudam a criar novas configurações em ambas as atividades.

Vale destacar aqui que o estado de duplo pertencimento do pesquisador pode ser tentador para uma dupla vantagem. Sobre esta possibilidade, Bourdieu, citado por Campos (2013, p. 195), relata que “[...] o grande perigo de produzir uma espécie de ciência edificante, destinada a servir de fundamento a uma religiosidade científica, permitindo acumular as vantagens da lucidez científica e as vantagens da fidelidade religiosa”.

Ao propor uma pesquisa no qual estava inserido no campo alvo da minha investigação, considerei deste o princípio que algumas questões implícitas ao fenômeno investigado pudessem reverberar em mim. Desde então, como via possível para o desenvolvimento do trabalho no que tange à sua cientificidade, suspendi as minhas convicções pessoais, como propõe o método fenomenológico, para que, como pesquisador, pudesse alcançar um novo modo, então “depurado”, de compreender o fenômeno.

Ao se iniciar esta pesquisa que envolveu duas dimensões de uma mesma atuação, qual seja, o Ministério Pastoral, questionou-se **quais seriam as motivações para o pastor buscar outra formação, no caso, a psicologia.**

Ao final, pode-se dizer que as motivações foram: maior capacitação, a necessidade de conhecer melhor as pessoas e aspiração pessoal. Entre as três categorias, o destaque foi para a primeira na medida em que os entrevistados acreditavam ser importante. Essa importância foi atribuída em função primordialmente, da percepção dos conflitos vividos pelos fiéis que não eram de ordem religiosa. Além disso, destacou-se também a constatação de que a formação teológica não conferiu condições substanciais para o pastor lidar com a complexidade do ser humano, no que tange os seus aspectos psíquicos e emocionais.

Outro questionamento presente na gênese desta pesquisa tratou das **diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia**.

Nesse sentido, o Aconselhamento Pastoral foi caracterizado como mais diretivo, a presença do elemento religioso e as delimitações dogmáticas, diferindo-o substancialmente da psicoterapia que foi caracterizada como respeitando as possibilidades da pessoa, de maior profundidade, melhor compreensão da relação da pessoa com o mundo, além da capacidade de levar as pessoas à reflexão.

Outro questionamento de suma importância presente na origem desta pesquisa era quanto as **possíveis contribuições da psicologia ao Ministério Pastoral**. Nesse quesito, pode-se perceber que houve contribuições, ou seja, aproximações, ao mesmo tempo em que também houve afastamentos. Quanto ao aspecto de não ter contribuído com o ministério deveu-se especialmente ao seu impacto questionador, tanto na fé quanto na prática pastoral. Dentre as contribuições, percebe-se o crescimento pessoal, maior desenvoltura na atividade religiosa, ganho na técnica da prática pastoral, como também, a ampliação da sua visão de mundo.

Outro questionamento extremamente relevante contemplado neste trabalho foi quanto à **postura do psicólogo frente à sua religiosidade e a religiosidade do seu cliente no setting terapêutico**. Nesse aspecto, as atitudes mencionadas foram a compreensão empática, a redução fenomenológica como postura terapêutica e a necessidade de discriminar entre a religiosidade saudável e religiosidade patológica.

Por fim, na gênese desta pesquisa também estava a questão que versava sobre as **possibilidades ou não de se conciliar psicologia e a atividade religiosa**. Quanto a essa questão, pode-se dizer que a conciliação de práticas é possível pela via da ética e pelas habilidades do psicólogo. Entretanto, há casos em que a conciliação não é possível. Assim, mediante esse conflito três respostas possíveis foram contempladas: 1) Abrir mão da psicologia e seguir exclusivamente no ministério pastoral; 2) Seguir no exercício pastoral, concomitantemente à atividade como psicólogo e 3) abdicar do exercício pastoral e seguir, exclusivamente, a carreira como psicólogo.

Uma observação do pesquisador foi quanto ao fato de que todos os pastores pesquisados consideraram que a formação em psicologia foi extremamente benéfica ao pastorado, especialmente no atendimento pastoral. Entretanto, o aconselhamento pastoral, outrora referenciado pelos dogmas da igreja e pelo contexto onde a fé se

desenvolve, sofre profundas mudanças com a formação em psicologia, que o aproxima da psicoterapia, porém não o é. Não sendo psicoterapia e não sendo, também, aconselhamento pastoral como antes, embasado nos dogmas da religião, fica a questão: do que se trata? Qual o atendimento que, de fato, o pastor, formado em psicologia, oferece aos fiéis da comunidade de fé?

Este é um caminho para investigações dentro do campo científico que pode ser explorado, e, assim sendo, revelará maior entendimento sobre a prática.

O tema abordado nesta pesquisa, envolvendo Psicologia e Ministério Pastoral, ainda se circunscreve a um campo de escassas produções acadêmicas, ao mesmo tempo em que se abre para novos olhares, produtores, que permitem maior compreensão dos fenômenos que o cercam.

Este é um campo que apresenta limites muito tênues, capaz de despertar contradições em função de procederes que se amparam em conceitos distintos, às vezes antagônicos, mesmo que o fim último de ambos seja o bem-estar do ser humano. Não são raros os casos em que as práticas religiosas e psicológicas se interpõem, colocando-se sob a ótica de um indecoro que fere a ética, dificultando a promoção do bem-estar a que se propõe.

Um desafio da pesquisa foi o lidar com toda a potencialidade do estado de pertença do pesquisador, professante de fé religiosa, abordando uma temática no qual está envolvido, se desafiando a suspender o fenômeno e ater-se à realidade dos fatos em si, conduzindo a pesquisa sem interferências que pudessem causar prejuízos à sua cientificidade.

Nenhuma outra dificuldade foi encontrada na pesquisa em si, a não ser nas limitações do pesquisador em apreender toda a significação proveniente dos dados levantados, dada a riqueza e complexidade teórica, fundamental para embasar a prática, bem como, a compreensão da estrutura metodológica que enquadra um trabalho acadêmico.

Ainda assim, o tema investigado superou consideravelmente às expectativas do pesquisador, dado à riqueza do material coletado e o tratamento que o mesmo recebera. Não somente por isso, mas, especialmente, por perceber, ao concluir este percurso, que o problema que originou esta pesquisa foi respondido a contento.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. Religião. In: **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi; Revisão Técnica: Ivone Castilho Benedetti. 6 ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ANCONA-LOPEZ, M. Psicologia e religião: recursos para construção do conhecimento. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v.19, n.2, pp. 78-85, 2002. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2002000200005> >. Acesso em: 30 out. 2014.
- BECKFORD, J. A. Religião. In: **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1996.
- BEYREUTHER, E. Pastor. In: **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Trad. Gordon Chown. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- BIBLIA. Salmo. Português. **Bíblia Sagrada Almeida século 21: Antigo e Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008. p. 577-650.
- _____. Colossenses. Português. **Bíblia Sagrada Almeida século 21: Antigo e Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008. p. 1199-1202.
- BOFF, L. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- BOHART, A. C. The client is the most important common factor: clients' beliefs: their functions and impact on coping and psychotherapy. **Journal of Psychotherapy Integration**. 2000, v.10(2), p. 127-149. Disponível em: < <http://link.springer.com/article/10.1023/A:1009444132104#page-1> >. Acesso em: 29 out. 2014.
- BOOTZ, E. R. **Consultei a Deus, ele me respondeu, e me livrou de todos os temores: o uso de recursos espirituais no aconselhamento pastoral**. 2003. 346p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003. Disponível em: < http://www3.est.edu.br/biblioteca/btd/Textos/Doutor/bootz_er_td34.pdf >. Acesso em 14 jun. 2014.
- BRANCO, C. Drogas e Espiritualidade: um diálogo da filosofia com a religião. **Revista Magis**. Rio de Janeiro, n. 47, julho. 2005. Disponível em: < <http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc47.pdf> >. Acesso em: 11 jun. 2014.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: <

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em 15 out. 2014.

CAMPOS, B. M. Ciências Sociais da Religião: estado da questão. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs.). **Compêndio de Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013, p. 191-203.

CARONE JÚNIOR, D. A.; BARONE, D. F. A social cognitive perspective on religious beliefs: their functions and impact on coping and psychotherapy. **Clinical Psychology Review**. 2001. V.21(7), p. 989-1003. Disponível em: < www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272735800000787 >. Acesso em: 29 out. 2014.

CLINEBELL, H. J. **Aconselhamento Pastoral**: modelo centrado em libertação e crescimento. 2ª. Ed. São Leopoldo: Sinodal/Paulus, 1998. Disponível em: < http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_VI_2001/Clinebell_Howard.pdf >. Acesso em: 21 Maio 2014.

Conselho Federal de Psicologia. **Código De Ética Profissional Do Psicólogo**. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica1.pdf >. Acesso em: 30 out. 2014.

_____. _____. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/resolucao1987_2.pdf >. Acesso em: 31 out. 2014.

COLLINS, G. R. **Aconselhamento Cristão**: Edição Século 21. Trad. Lucília Marques Pereira da Silva. São Paulo: Vida Nova, 2004.

Conselho Regional de Psicologia - SP. **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil**: A História da psicologia no Brasil. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2011. Disponível em: < <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf> >. Acesso em: 25 de out. 2014.

ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE CULTURAL. Rio de Janeiro: Delta, 1995. V. 20 p. 4978.

ERTHAL, T. C. S. **Quando ser ateu é graças a Deus**. 2014. Disponível em: <<http://psicoterapiavivencial.com.br/blog/author/admin/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Treinamento em Psicoterapia Vivencial. In: **Trilogia da Existência**: teoria e prática da psicoterapia vivencial. Curitiba: Appris, 2013. p. 193-308.

FELDMAN, C. **Encontro**: uma abordagem humanista. 3. ed. Belo Horizonte: Crescer, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FORGHIERI, Y. C. **Aconselhamento Terapêutico: Origens, fundamentos e prática.** São Paulo: Thomson, 2007.

FRANCO, C. de. Psicologia e Espiritualidade. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs). **Compêndio de Ciências da Religião.** São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 187-190.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O livro das religiões.** Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2010.

GILES, T. R. **Historia do Existencialismo e da Fenomenologia.** São Paulo: EPU, 1989.

GIOVANETTI, J. P. A vivência religiosa no mundo (pós) moderno. In: V. A. A. Camon (Org.), **Espiritualidade e prática clínica.** p. 111-126. São Paulo: Pioneira. 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOCH, L. C. Algumas Considerações Teológicas e Práticas sobre a Pastoral de Aconselhamento. In: **Estudos Teológicos**, nº 2, 1980. Disponível em: < http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1348/1298 >. Acesso em: 28 mai. 2014.

HOCK, K. **Introdução à Ciência da Religião.** São Paulo: Loyola, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. Espiritualidade. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. Religiosidade. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JOSEPHSON, A. M. Formulation and treatment: integrating religion and spirituality in clinical practice. **Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America**, 2004, v.13(1), p. 71-84. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14723301> >. Acesso em: 30 out. 2014.

KITCHEN, K. A. Pastor. In: **O Novo Dicionário da Bíblia.** Editor da edição em português Russell P. Shedd; Trad. João Bentes. 3 ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2006, p. 1004-1005.

BRANCO, C. Drogas e Espiritualidade: um diálogo da filosofia com a religião.

Revista Magis. Rio de Janeiro, n. 47, julho. 2005. Disponível em: <

<http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc47.pdf> >. Acesso em: 11 jun. 2014.

KOELLER, C.; *et al.* O caso Galileo: ciência e religião desde o século XVII até hoje.

Revista Magis. Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: < [http://www.clfc.puc-](http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc17.pdf)

[rio.br/pdf/fc17.pdf](http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc17.pdf) >. Acesso em: 30 out. 2014.

KOENIG, H. G. **Medicina, Religião e Saúde. O Encontro da ciência e da espiritualidade**. Trad. Iuri Abreu. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

LIBÂNIO, J. B. **Introdução à teologia fundamental**. São Paulo: Paulus, 2014.

MARTINS, G.A., THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2006.

MCGRATH, A. E. **Fundamentos do diálogo entre ciência e religião**. São Paulo: Loyola, 2005.

MAY, R. **A arte do aconselhamento psicológico**, São Paulo, Editora Vozes, 1976

NEUBERN, M. da S. Psicoterapia e Religião: Construção de Sentido e Experiência do Sagrado. **Revista Interação em Psicologia**. Revista Digital. UFPR, v. 14, n. 2, 2010. Disponível em: <

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/view/14937> >. Acesso em: 12 jun. 2014.

PAIVA, G. J. de. Ciência, Religião, Psicologia: Conhecimento e Comportamento.

Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 561-567, 2002.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000300010&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 29 out. 2014. .

_____. Psicologia e Espiritualidade. In: **Congresso de Psicologia – UNIFIL**, 2011.

Disponível em: <

http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2011/6/331_355_publipg.pdf

>. Acesso em: 28 out 2014.

PERDIGÃO, P. **Existência e Liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.

PERES, J. F. P.; SIMÃO, M. J. P.; NASELLO, A. G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, 2007, v.34, suppl.1, pp.

136-145. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000700017> >.

Acesso em: 12 jun. 2014.

PINTO, E. B. **Gestalt-Terapia de Curta Duração Para Clérigos Católicos**:

Elementos Para a Prática Clínica. 2007. 268p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

Disponível em: < http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp027782.pdf >. Acesso em 23 mar. 2014.

_____. Espiritualidade e Religiosidade: Articulações. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, 2009. pp. 68-83. Disponível em: < http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_brito.pdf >. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. Ciência da religião aplicada à psicoterapia. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs.). **Compêndio de Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013, p. 677- 690.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-Terapia: Refazendo um caminho**. São Paulo: Summus, 1985.

RODRIGUES, C. C. L.; GOMES, A. M. de A. Teorias Clássicas da Psicologia da Religião. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs.). **Compêndio de Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 333-345.

ROSADO, M. J. Introdução à parte II. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (Orgs.). **Compêndio de Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 187-190.

RULE, A. K. Religião, Religioso. In: **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã** (V.III – N-Z). Trad. Gordon Chown. Revisões: Lucy Yamakami e Vera L. dos Santos Barba. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 276-277.

SALLES, J. C. Ciência e religião: introdução. **Caderno Centro de Recursos Humanos**, Salvador, v.26, n.69, p. 429-431, Set./Dez. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000300001&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 29 out. 2014.

SANT'ANNA, S. M.; PEREIRA, A. C. I. Mircea Eliade entre a Fenomenologia e a História das Religiões. In: **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a História?** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: < http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/sabrina_mara_sant_anna_.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2014.

SARTRE, J. P. O Existencialismo é um Humanismo. Trad. Rita Correa Guedes. Fonte: L' Existencillisme est um Humanisme, Les Éditions Nagel, Paris, 1970. Disponível em: < http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/-1/4529/sartre_exitencialismo_humanismo.pdf > Acesso em: 25 out. 2014.

SCHMIDT, M. L.S. Abertura. In: **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa**: Coleção Temas Básicos em Psicologia; v.21. RAPPAPORT, C. R. (Coord.). Raquel Lea Rosenberg (Org.). – São Paulo: EPU, 1987. p. IX-X.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, C. (Org.). **Teologia Prática no Contexto da América Latina**. São Leopoldo: Sinodal/ASTE. 1998.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. In: Psicologia: Ciência e Profissão, 2010, v. 30. p. 8-41. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf> >. Acesso em: 15 out 2014.

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes. São Paulo: Loyola, 2000.

SOMAIN, R. Religiões no Brasil em 2010. **Revista Confins**, n. 15, 2012. Disponível em: < <http://confins.revues.org/7785> >. Acesso em: 15 jun. 2014.(link inválido)

TARNAS, R. **A epopeia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

TOLDY, T.M.L.A.M., Ciência e religião: debate. **Revista Cons-Ciências**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2007, v.3, p.239-256. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10284/1917> >. Acesso em: 29 out. 2014.

TOURINHO, C. D. C. A consciência e o mundo na fenomenologia de Husserl: influxos e impactos sobre as ciências humanas. V. 12, n.3 (2012). Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8224/5976>>. Acesso em 14 de out 2014.

VALLE, E. R. Religião e espiritualidade: um olhar psicológico. In AMATUZZI, Mauro Martins (org.) **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus. 2005

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido**FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA****TÍTULO DA PESQUISA:**

Religiosos Psicólogos: Laços intensos, limites tênues. Um olhar sobre a busca da psicologia por pastores evangélicos e seu impacto nas práticas ministeriais.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Vânia Maria Congro Teles

JUSTIFICATIVA:

Em primeiro lugar, está o interesse particular do pesquisador nos saberes circunscritos nos dois campos: Ministério Pastoral e Psicologia. O fato de ser pastor e exercer uma atividade voltada para o bem estar do outro, como também, a curiosidade pelo saber, pela compreensão dos limites de cada campo e os espaços comuns onde os mesmos transitam e interagem promovendo criatividade e potencialidade humanas. Em segundo lugar está o crescente número de líderes religiosos que vem buscando o saber e a práxis psicológica intentando maior capacitação para lidar com os conflitos que permeiam suas congregações, como também, todos aqueles que a ela têm acesso. Além disso, especificamente, o pastor também desempenha a função de conselheiro da Congregação. Com o propósito de clarear o que é relativo à setting Terapêutico e o que é exclusivo do gabinete pastoral é que esta pesquisa se propõe a investigar. É claro que a pesquisa não terá validade apenas para a amostra selecionada, “pastor evangélico”, mas também a todos os que se declaram religiosos e que, no exercício da sua profissão, se colocarão diante de um cliente que poderá ou não expressar sua religiosidade devendo o profissional entender o seu lugar e o modo de acolher o cliente com todas as suas possibilidades e potencialidades não lhe negando faceta alguma da sua experiência de vida, inclusive, a religiosa.

OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os impactos da psicologia na prática do ministério pastoral. Para tal intento, irei analisar as possíveis diferenças entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico; Identificar as aproximações e afastamentos entre psicologia e Ministério Pastoral; Observar a postura dos atores no setting terapêutico frente à religiosidade e Analisar os caminhos possíveis para conciliações. As entrevistas serão semiestruturadas onde o pesquisador considerará algumas questões básicas como premissa, porém, dando ênfase ao relato da experiência dos participantes.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA:

Não há riscos para nenhum dos participantes, pois, a identidade dos mesmos não será revelada e as informações serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA:

Compreender como os projetos sociais na comunidade, especialmente o teatro, proporcionam melhoria na vida dos indivíduos nela inseridos e na formação dos jovens de comunidades.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:

Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa. Basta procurar a pesquisadora Vânia Maria Congro Teles, pelo telefone do trabalho, (27) 3331-8566 e também no endereço Av. Vitória, nº 950, Forte São João – Vitória-ES. Cep: 29017-950.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS:

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS:

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo

patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

CONSENTIMENTO PÓS -INFORMAÇÕES

Eu, _____,
 portador da Carteira de identidade nº _____ expedida pelo
 Órgão _____, por me considerar devidamente informado e esclarecido
 sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente
 expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa e recebi cópia
 desse documento por mim assinado.

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante Voluntário Data

_____, ____/____/____

Assinatura do Pesquisador responsável Data

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas

Identificação do participante:

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: ___M ___F - Estado civil: _____

Naturalidade: _____

Formação acadêmica: _____

Quanto Tempo de atuação como Pastor? _____ Anos

Quanto Tempo de atuação como Psicólogo? _____ Anos

Locais de atuação: _____

Roteiro básico:

1. Por que buscou formação em psicologia?
2. Qual a diferença entre aconselhamento pastoral e aconselhamento psicológico ou psicoterapia?
3. A psicologia contribui com o ministério pastoral? De que modo?
4. A psicologia te afastou de alguma prática comum ao ministério pastoral?
5. No atendimento clínico, qual a sua postura quanto à presença da religiosidade do cliente e também sua no setting terapêutico?
6. No seu modo de ver, como é possível conciliar psicologia e atividade religiosa?
7. Em algum momento houve algum conflito interno quanto a função pastoral ou a psicológica? Como foi resolvido?